



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB**

**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA**

***“DE AMAR MUITO MESMO, EU TAVA SEM LUGAR PRA MIM”*: AFETOS,  
SUBJETIVIDADE E DISPOSITIVOS DE GÊNERO EM MULHERES QUE  
SOFERAM VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO**

**Bruna Maia Magalhães**

**BRASÍLIA-DF – BRASIL, 2021.**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB**

**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA**

***“DE AMAR MUITO MESMO, EU TAVA SEM LUGAR PRA MIM”*: AFETOS,  
SUBJETIVIDADE E DISPOSITIVOS DE GÊNERO EM MULHERES QUE  
SOFERAM VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO**

**Bruna Maia Magalhães**

Dissertação submetida ao Programa de Pós graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, como requisito à obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Valeska Maria Zanello de Loyola

Coorientadora: Profa. Dra. Iara Flor Richwin Ferreira

**BRASÍLIA-DF – BRASIL, 2021.**

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília- Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura- como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Valeska Maria Zanello de Loyola

Universidade de Brasília- UnB

Presidente

---

Profa. Dra. Ionara Vieira Moura Rabelo

Universidade Federal de Goiás - UFG

Membro Externo

---

Profa. Dra. Ana Paula Müller de Andrade

Universidade Estadual do Centro Oeste - Unicentro

Membro Externo

---

Profa. Dra. Carla Sabrina Xavier Antloga

Universidade de Brasília – UnB

Membro Interno Suplente

**BRASÍLIA-DF – BRASIL, 2021.**

*À todas as mulheres que já se perderam quando se apaixonaram.*

*À todas que souberam encontrar o caminho de volta*

*Em especial a uma delas:*

*Não. Você não precisa que eu te peça ajuda.*

*Você não precisa ser precisada nem por mim nem por ninguém.*

*Nós duas crescemos e hoje, eu posso não precisar mais dos seus conselhos,*

*mas eu preciso de você viva.*

*Te amo imensamente*

## AGRADECIMENTOS

O percurso trilhado neste trabalho só foi possível graças ao suporte, carinho e orientação daqueles que estiveram comigo das mais diferentes formas nessa caminhada.

À minha irmã pelas risadas do dia a dia e a sensibilidade de cada conversa e cada café compartilhado. Ao meu pai, por acreditar em mim, pela inspiração na vida e pela mania insistente de continuar acreditando que é sempre possível ir mais longe no projeto de criar uma sociedade um pouco melhor. À minha mãe, mulher amorosa, forte e cheia de vida e de carinho, meu primeiro e eterno amor.

Às minhas orientadoras queridas Valeska Zanello e Iara Flor, pela disponibilidade e participação preciosa em toda essa jornada e pela inspiração profissional que representam a mim. Junto a vocês, agradeço também a todas e todos do grupo de Saúde Mental e Gênero, pelos antigos grupos de estudo com trocas tão ricas que renovaram tantas vezes minhas energias. Pelo aconchego de encontrar trabalhos inspiradores e companheiras(os) engajadas(os) em um laço de muita luta e esperança.

Às alunas do grupo de estudos que coordenei, “*Violência contra a mulher - afetos e vivências*”: Brenda Hoffman, Cecília Matos, Élide Santos, Karla Patrícia, Vitória Macedo e Vitória Melo. Agradeço pelas trocas, debates e por toda a contribuição com o trabalho.

À Paula Sobral, por acreditar no meu ofício clínico, pela delicadeza de me desobstruir os ouvidos e me auxiliar na construção de uma escuta mais poética e sensível.

À Gisele, sempre atenciosa, e às crianças, Cadu e Aline, que enchem minha vida de alegria e abraços apertados.

À minhas amadas primas, que me inspiram, cada uma em sua singularidade. Mulheres, companheiras e irmãs de toda uma vida. Amo vocês mais do que eu consigo dizer.

Às minhas avós, Elice e Maria Auxiliadora, pela inspiração potente, pelas cantigas cheias de afeto, pela força com a qual encararam as adversidades, pela vivacidade com que levam a vida e ressoam as demais gerações.

À Nayane Maia, confeitadeira que se esqueceu de deixar o açúcar na cozinha e inventou de espalhar doçura nas palavras que diz. Obrigada por me lembrar que as distâncias são relativas, por compartilhar cada dia e fazer todo esse processo mais leve.

À João Baldocchi, Bárbara Bernardes, Thiago Lucas, Bernardo Romão e Marília Souto. Pelas amizades antigas e as novas, que me acolheram com carinho. Por atravessarem comigo os mais de dois anos desse percurso me rendendo sorrisos e dias de descanso.

Aos estudantes da disciplina que ministrei, Teorias da Personalidade no pré-pândemico verão de 2020, pelo envolvimento, debate, dedicação nas aulas e por me ajudarem desenvolver um carinho especial pelo caminho – antes não sonhado - da docência.

À Ana Clara, pelo amor partilhado ali, bem de pertinho, em cada pequena etapa desse processo. Pela paciência, pelo carinho, pelas contribuições e leituras atenciosas. Pela alegria de compartilhar esse caminho de amor com você.

À minha analista, pela escuta e pela longa jornada me acompanhando nos tropeços das minhas próprias palavras, proporcionando que eu me escutasse mesmo onde eu tentava evitar.

À banca examinadora, Ana Paula Müller, Ionara Rabelo e Carla Antloga, por se disporem a ler, avaliar este trabalho e contribuir primorosamente para a minha formação e aprimoramento.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento que possibilitou esta pesquisa. Ação fundamental para mim e para tantos pesquisadores deste país.

À todas as mulheres, tias, primas e amigas que encheram meus caminhos de afeto e inspiração me fazendo pensar essa dissertação.

Agradecimento especial às mulheres entrevistadas, que se dispuseram a contar suas histórias e me confiaram a tarefa de desenvolver esta pesquisa a partir delas. Que suas falas possam tocar outras mulheres e ecoar contra as injustiças.

Maia, B. (2021). *“De amar muito mesmo, eu tava sem lugar pra mim”*: Afetos, subjetividade e dispositivos de gênero em mulheres que sofreram violência por parceiro íntimo. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

## RESUMO

Dentro e fora do contexto clínico, as mulheres se queixam de dores de amor. Aquelas (tantas) que vivenciam relacionamentos abusivos apontam um intenso sofrimento psíquico, descritos tantas vezes como uma situação “sem saída”, em que o amor e um certo adoecimento, marcado por uma perda de si, se confundem. A violência contra a mulher enquanto problema de saúde pública que deve ser combatido (OMS, 2005) encontra na agressão física uma expressão materializada, e, portanto, mais fácil de nomear, da desigualdade nas relações íntimas heterossexuais. Nesse sentido, que afetos são despertados nas mulheres que vivenciam/vivenciaram relacionamentos íntimos desiguais ou até violentos? Como as mulheres se implicam subjetivamente nesses casos e se comprometem com projetos de “realização” amorosa?

Partindo de uma leitura cultural e gendrada dos sentimentos, adota-se aqui como lente para a abordagem da problemática, uma análise mediada pelos dispositivos de gênero (Zanello, 2018) e pela antropologia das emoções (Le Breton, 2019). Sendo assim, o desenho de pesquisa proposto passa por uma checagem da produção acadêmica e um trabalho de investigação com mulheres que viveram relacionamentos íntimos violentos

O primeiro artigo trata-se de uma revisão sistemática da literatura sobre a construção dos afetos e da subjetividade de mulheres brasileiras que sofre(ra)m violência em relacionamentos amorosos. O levantamento foi feito nas bases de dados SciELO, LILACS e na aba de periódicos indexados da plataforma BVSPsi. Foram selecionados 21 trabalhos e divididos em 3 categorias para a análise. Constatou-se a escassez de artigos que tratam sobre as emocionalidades de mulheres nesse contexto e a quase ausência de algum que adotasse uma perspectiva crítica de gênero sobre os afetos.

O segundo artigo teve por objetivo investigar os sentimentos, afetos e emoções vivenciados por mulheres que sofreram violência física em relacionamento íntimo, como eles se configuraram e se manifestaram na inserção, manutenção e saída de um relacionamento violento heterossexual. Foi realizado um estudo de casos múltiplos. Para tanto, foram realizadas entrevistas com cinco mulheres. O material foi transcrito e analisado por duas pesquisadoras, primeiramente de forma separada. Depois, em conjunto, buscou-se suas singularidades e semelhanças, levando-se em conta uma análise por meio dos dispositivos de gênero (Zanello, 2018). Na discussão desenvolvida neste artigo, foram abordadas observações sobre os seguintes temas: 1) Satisfação narcísica de ser escolhida, ser especial); 2) Formas de violência; 3) Afetos Mobilizados; 4) “O amor da minha vida”: idealização do amor romântico; 5) Importância da entrada do “terceiro” na ruptura do ciclo; 6) Descentramento do amor romântico e suporte do Estado: possíveis vias de saída.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; afetos; subjetividade dispositivos de gênero; amor romântico

## ABSTRACT

In and out of the clinical context, women suffer for love. Those (many) who experience abusive relationships to the point of intense psychic suffering, often described as a “no way out” situation, in which love is confused with certain illness, marked by a loss of self. Violence against women as a public health issue that must be tackled (WHO, 2005) finds in physical aggression a materialized expression, and therefore easier to name, of inequality in intimate heterosexual relationships. In this sense, what affections are aroused in women who experience/experienced unequal or even violent intimate relationships? How do women subjectively involve themselves in these situations and commit to projects of loving “fulfillment”?

Starting from a cultural and engendered reading of feelings, an analysis mediated by gender devices (Zanello, 2018) and by the anthropology of emotions (Le Breton, 2019) is adopted here as a lens for approaching the issue. Thus, the proposed research design undergoes a check of academic production and an investigation work with women who have lived violent intimate relationships.

The first article is a systematic review of the literature on the construction of affection and subjectivity of Brazilian women who suffer violence in romantic relationships. The survey was carried out in the SciELO and LILACS databases and in the indexed journals tab of the BVSpsi platform. Twenty-one articles were selected and divided into 3 categories for analysis. It was found that there is a scarcity of articles approaching women’s emotions in this context and the almost absence of any that adopted a critical gender perspective on affection.

The second article aims to investigate the feelings, affections and emotions experienced by women who suffered physical violence in intimate relationships, how they were configured and manifested in the insertion, maintenance and exit of a violent heterosexual relationship. A multiple case study was carried out. For this purpose, interviews were carried out with five women. The material was transcribed and analyzed by two researchers, initially separately. Then, together, their singularities and similarities were discussed, taking into consideration the analysis through the gender devices (Zanello, 2018). During the development of the discussion in this article, observations on the following topics were addressed: 1) Narcissistic satisfaction of being chosen, of being special; 2) Forms of violence; 3) Mobilized Affects; 4) “The love of my life”: idealization of romantic love; 5) Importance of the entry of the “third” in the rupture of the cycle; 6) Decentralization of romantic love and support from the State: possible ways out

Keywords: Violence against women; affections; subjectivity devices of gender; romantic love

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	1
<b>ARTIGO 1</b>	13
<b>Revisão sistemática da literatura sobre os afetos e subjetividade de mulheres envolvidas em relações violentas.</b>	
Introdução	14
Método	16
Resultados e discussão	19
Categoria 1 – Afetos e subjetividade da mulher	24
a) Enfoque: Inserção e manutenção da mulher no relacionamento	24
b) Enfoque: Impactos subjetivos	29
c) Enfoque: Protagonismo para novos caminhos	30
Categoria 2 – Afetos nos vínculos	33
a) Enfoque: Relações adoecidas	33
b) Enfoque: Correlação de fatores psíquicos	35
Categoria 3 – Epistemologia dos afetos	37
Conclusão	39
Referências	40
<b>ARTIGO 2</b>	
<b><i>“De amar muito mesmo, eu tava sem lugar pra mim”</i>: Afetos, subjetividade e dispositivos de gênero em mulheres que sofreram violência física por parceiro íntimo</b>	
	44
Introdução	45
Método	49
Resultados e discussão	52
1) Satisfação narcísica de ser escolhida, ser especial	0
1.1 A <i>“musa”</i>	
1.2 A <i>“bengala emocional”</i>	
1.3 A Bela e a Fera	0
2) Formas de violência	
3) Afetos mobilizados	
3.1 Desamparo: de uma solidão insustentável	
3.2 Culpa	
a) Culpa pelos afetos dele	
b) Culpa a partir do que ele faz	
3.3 Vergonha	
4) “O amor da minha vida”: idealização do amor	
5) Importância da entrada do “terceiro” na ruptura do ciclo	
6) Descentramento do amor romântico e suporte do Estado: possíveis vias de saída	0

Conclusão	0
Referências	0
<b>Considerações Finais</b>	0
<b>Referências</b>	0
<b>Anexo A</b>	0

## INTRODUÇÃO

*Então eu vou. Vou. Terei de aguentar.  
Sofrer quietinha. Sofrer quietinha.  
Deixar para lá essa ideia  
de que o amor é o meu ofício.  
De que o meu verso é imprescindível  
E que somente os homens podem amar assim,  
tantas vezes, e sem pudores.  
Sim, isso. Somente os homens são poetas.  
Livres. Metafísicos. Sem compromissos.  
Eu sou mulher. Punida sempre. Vagabunda.  
Indecente.”*

Fernanda Young

A escuta de mulheres que sofreram violência dentro de uma relação amorosa nos coloca frente a um problema social e de saúde pública, que representa uma via de sofrimento massificado e, ao mesmo tempo, silencioso. Adoecer pela via do amor é um retrato feminino do sofrimento na contemporaneidade. É possível notar que histórias de mulheres em relacionamentos abusivos, frequentemente, despertam afetos e julgamentos morais naqueles que as escutam. Efeitos que vão do cansaço dos ouvintes que não suportam a queixa repetitiva, até o moralismo do popular termo “mulher de malandro”, usado para se referir a mulheres que, em tese, “gostam” de apanhar pois não rompem a relação.

Levanto aqui a suspeita de que tal cansaço e julgamento advém, sobretudo, de um mecanismo de defesa para evitar possíveis identificações, já que a cultura submete as mulheres a um caminho de subjetivação marcado pela desigualdade sexista que atravessa também as relações românticas heterossexuais. Nesse sentido, reconhecer mulheres em relações violentas como sujeitas comuns, aproxima tal vivência da possibilidade de adoecimento de todas as mulheres. Provoca o desconforto de olhar a vulnerabilidade que atravessa todas nós e nossas relações afetivas em um mundo marcado por linhas de poder e afetos desiguais. Transformar uma mulher violentada em “mulher de malandro” cria a ilusão de que sofrer violências em um relacionamento, sejam elas quais forem, é uma realidade distante das demais mulheres.

Afastando assim, a ideia incômoda e protegendo a ouvinte (muitas vezes outra mulher, uma amiga) de olhar as semelhanças com a própria história.

A aproximação com o tema da violência contra a mulher veio de um lugar semelhante: uma surdez atrelada à incompreensão. De um ouvir que custou a transformar-se em escuta. As falas de mulheres em sofrimento pelas vias do amor apareciam frequentemente, em minha experiência clínica, familiar e social. Tão presente ao ponto de tornar-se elemento comum, quase óbvio, como parte esperada de um roteiro. Os conselhos dados pelas ouvintes que comentavam os relacionamentos umas das outras também não deixavam de chamar atenção. Um discurso muitas vezes marcado pela conformidade dos comuns conselhos: “homem é assim mesmo”, “mas ele é um rapaz bom”, “relacionamento é difícil mesmo”; mas que poderiam mudar radicalmente com a intensificação do conflito: “mas aí é porque você deixa”, “e você aceita isso?”.

Dentro do campo clínico, as falas das mulheres passavam frequentemente pelo amor romântico, ora pelos sofrimentos de tentar “fazer dar certo” relações no mínimo complicadas ora por uma dor de estar “sozinha” (solteira). Aquelas (tantas) que vivenciavam relacionamentos abusivos apontavam um intenso sofrimento psíquico, descritos tantas vezes como uma situação “sem saída”, em que o amor e um certo adoecimento, marcado por uma perda de si, se confundiam. Essa trajetória clínica, afetiva e social despertou questionamentos sobre o amor como promessa de realização feminina em contraste com as falas das mulheres que sonhavam e sofriam em relações amorosas. Que afetos são esses despertados nas mulheres que vivenciam ou vivenciaram relacionamentos íntimos desiguais ou até violentos? Como as mulheres se implicam subjetivamente nesses casos e se comprometem com projetos de “realização” amorosa?

A individualidade da escuta clínica parecia atravessada por uma temática silenciosa e naturalizada, vivenciada pela maioria das mulheres, mas de maneira solitária. Freud (1930)

aponta que o adoecimento psíquico tem origem em um mal-estar da cultura. Os sintomas dos sujeitos apontam possibilidades humanas dentro de certa configuração social e, portanto, denunciam seus males coletivos. As estruturas de poder que constituem uma sociedade capitalista, racista e patriarcal, permeiam profundamente a construção da subjetividade dos sujeitos, atravessando aspectos do psiquismo (Gonzalez, 2020; Souza, 2021) e também perpassando as relações afetivas entre eles (Schucman, 2018; Hooks, 2010). Assim, relações amorosas não estão livres das hierarquias marcadas por uma sociedade patriarcal, racista e capitalista. Wolf (2018) indica que mesmo quando um homem e uma mulher conseguem, contra a maré, habitar uma relação saudável, entre iguais, há um mar de incompreensão entre eles. Considera-se que tal incompreensão acontece de maneira marcada, sobretudo devido a uma subjetivação orientada por caminhos e lugares sociais distintos, que impacta na configuração das afetividades e na maneira de se reconhecer e se satisfazer identitariamente.

Em sua obra, *Antropologia das Emoções*, Le Breton (2019) ilustra como as dimensões culturais e sociais atuam não apenas na forma de manifestar os sentimentos, mas também de senti-los e identificá-los. As configurações afetivas constituídas em cada sujeito trazem consigo possibilidades oferecidas pela cultura e permeadas pelo “clima moral” nela estabelecido (Le Breton, 2019). As maneiras de sentir são então marcadas não por uma espontaneidade individual e inata, mas são direcionadas por meio de pedagogias afetivas (Zanello, 2018), isto é, maneiras transmitidas por meio de uma cultura afetiva, que sugerem formas adequadas de se sentir em cada situação, atreladas aos papéis desempenhados socialmente.

Mulheres brasileiras, portanto, se subjetivam e criam seu campo de afetividades atravessadas por uma história coletiva e pelos pilares sociais que abarcam valores específicos desse contexto. Del Priori (2019) enuncia que a maneira de vivenciar o amor no Brasil traz heranças da colonização, em que ocorreu um esforço ativo de adestramento dos afetos por parte do Estado e da Igreja, exercício do poder opressivo (Foucault, 1996), que visava uma política

de dominação pautando práticas sexuais no campo entre o lícito e o ilícito. Por conseguinte, as relações eram vincadas por maus tratos e violências físicas e simbólicas, explicitadas na obsessão das mulheres por tentar acalmar seus maridos e amantes com magia (Del Priori, 2019, pp. 60) exemplificando o início de uma maneira de sobreviver das mulheres que persistiu e se reconfigurou: a evitação que os parceiros experimentassem afetos ruins

Davis (2016) discorre que o capitalismo industrial provocou uma clivagem entre economia doméstica e economia pública, o que instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca, veiculando uma propaganda que transformou “mulher” em sinônimo de “mãe e dona de casa”. O poder opressivo que opera com a coerção externa do estado, da igreja e, portanto, dos interesses capitalistas, refina-se ao longo da história transformando-se em poder constitutivo, intrincado em práticas sociais que converte lei em uma atuação internalizada (Foucault, 1996; Zanello, 2018). Isto é, não necessariamente se obriga de maneira direta, mas implementa-se um ideal a ser seguido e desejado. É também dessa forma, como uma reação a segunda onda do feminismo (Wolf, 2018), que surge uma ideologia de valorização e de avaliação da beleza feminina que coloca as mulheres em disputa umas com as outras. Assim, cada período elege como belas, certas características que representam comportamentos que aquele momento histórico considera desejável para as mulheres (Wolf, 2018). Na obra de Sant’anna (2014), por exemplo, é possível notar que à medida que a sociedade permitiu às mulheres mostrarem o corpo com um discurso de liberdade, acirrou-se também a exigência sobre a aparência de seus corpos, criando novos desejos e comportamentos disciplinares no universo feminino.

O histórico escravocrata do Brasil, por sua vez, traz uma dimensão de sofrimento e exclusão específico para a população negra. O racismo opera de maneira cruel, despertando em suas vítimas sentimentos de ódio, incapacidade e desprezo contra elas mesmas o que influencia em sua autoestima nas escolhas amorosas (Fanon, 2008). Para as mulheres, a dupla exclusão

marcada pelo racismo e sexismo, as coloca à margem da sociedade e da luta por direitos, tantas vezes esquecidas pelo movimento negro e pelo feminismo (Gonzalez, 2020; Carneiro, 2015; Hooks, 2019; Kilomba, 2019; Davis, 2016). No Brasil, a ideologia de branqueamento (González, 2020; Schucman, 2018) operou em conjunto com mito da democracia racial, estabelecendo a ideia da superioridade branca que resultou em uma violenta desintegração e fragmentação da identidade étnica (Gonzalez, 2020). Dessa forma, negou-se à população negra a chance de identificar-se como tal, nomear as opressões e lutar contra elas. O colorismo se insere nessa problemática como reflexo da supremacia branca, e assim, cria desigualdades também entre os membros da comunidade negra atingindo homens e mulheres de maneiras distintas e aprofundando a desigualdade entre ambos (Devulsky, 2021).

Para as mulheres negras, todo esse contexto resulta em uma dupla sujeição, experimentada tanto pelo sexismo quanto pelo racismo, duas ideologias de dominação que partem de diferenças biológicas (Gonzalez, 2020). Assim, mulheres racializadas, em suas diversas condições e traços de negritude, tendem a experimentar certa marginalização social, além de um distanciamento dos padrões estéticos de feminilidade, hegemonicamente brancos e eurocêntricos. Nesse sentido o lugar social atravessado pelos efeitos do racismo para elas, é marcando um lugar de exclusão de diversas possibilidades de receber afeto (Hooks, 2010) e um lugar de preterimento no mercado matrimonial (Pacheco, 2008).

Todo esse percurso histórico traça uma acentuada desigualdade que impacta de maneiras distintas a subjetividade e as configurações afetivas dos sujeitos. Em sociedades sexistas, como a brasileira, tornar-se sujeito é também tornar-se homem ou tornar-se mulher (Zanello, 2018). Nesse sentido, gênero, enquanto uma construção social e cultural baseada nas diferenças sexuais (Scott, 1989), coloca-se como categoria fundamental e pilar estruturante da nossa sociedade. Compreende-se gênero de maneira relacional e operado por uma lógica binária de oposição (Scott, 1989). Assume-se aqui, portanto, a escolha pela postura do binarismo

estratégico (Spivak, 1998), isto é, adota-se o entendimento dos conceitos de “homem” ou “mulher”, não de maneira essencialista ou excludente de outras possibilidades de identidades de gênero, mas como tática para compreender estruturas presentes na cultura. Logo, gênero, é aqui compreendido, enquanto possibilidades *performances* gendradas (Butler, 1986) e também como configurações afetivas gendradas (Zanello, 2018). Assim, os caminhos de subjetivação oferecidos a cada indivíduo são diferentes de acordo com os *scripts* sociais de gênero. Sendo gênero capaz de imprimir e difundir valores morais e papéis hierarquizados, Zanello (2018) indica que a constituição do campo das emocionalidades se dá então permeada por dispositivos de gênero categorizados pela autora. Conceituados como mecanismos que se implicam em linhas de distribuição de forças e tensões de poder, os dispositivos resultam em um processo de subjetivação (Zanello, 2018; Foucault 1996)

Para as mulheres, Zanello (2018) postula dois dispositivos: o materno, ligado a uma suposta capacidade “natural” de cuidar, e o amoroso, o qual é essencial, de acordo com a autora, para a compreensão da persistência das mulheres mesmo em relações abusivas. Trata-se, no caso do dispositivo amoroso, de apontar para a aprendizagem e a configuração de uma forma de amar que se faz identitária para elas, na qual a chancela de valor da própria mulheridade é mediada pela capacidade feminina de ser escolhida e de se manter escolhida, em uma relação heterossexual, por um homem.

É nesse sentido, que a autora constrói a metáfora da “prateleira do amor” em que as mulheres estariam expostas como objetos em uma vitrine, sujeitadas a avaliação masculina. A posição, mais à frente ou mais atrás, na prateleira, é o que aumenta ou dificulta as chances de uma mulher ser escolhida. É nesse sentido, que o ideal estético, enquanto guia da prateleira, faz valer as estruturas opressivas do racismo e colorismo anteriormente discutidas. Todo esse cenário, fomenta a rivalidade entre as mulheres, que disputam o ser “escolhida” entre si e gera uma profunda vulnerabilização feminina, já que a validação fica referida a escolha de um

terceiro. Os dispositivos, por conseguinte, balizam as configurações afetivas e sugerem caminhos de localizar-se enquanto sujeito e propósito dentro da cultura.

As iminentes desigualdades que traspassam as relações românticas heterossexuais no cenário atual não são, portanto, apenas fruto de um desencontro de um casal. Há um percurso histórico recheado de relações de opressão, segregações profundas resultando em caminhos diferenciados de se fazer sujeito e de afetar-se, além de uma forma específica de compreender, vivenciar e idealizar o amor. Ou seja, a concepção de amor, assim como a forma de vivenciá-lo, não é universal, mas é um aspecto cultural, gendrado e atravessado por interseccionalidades como raça e classe social.

O cenário que se coloca hoje, agrega ao amor um ideal de realização pessoal que para as mulheres carrega um caráter identitário. Atualmente, as relações amorosas deixaram de ocorrer, na maioria dos casos, como um arranjo social. Ao contrário, o amor vivido no ocidente exalta a liberdade de escolha e a chama do apaixonamento. Como a possibilidade de ser escolhido caminha lado a lado com a possibilidade de não o ser, ou deixar de ser, tão importante quanto amar é ser amado (Santos, 2020). Para as mulheres, subjetivadas na relação consigo mesmas intermediadas por essa escolha de um outro, o amor se firma como caminho de sofrimento.

Junto a isso, as concepções populares do “verdadeiro amor”, amor que “tudo vence” colocam ao amor romântico um status idealizado, como aquele capaz de existir apesar de todas as adversidades. Aquele pelo o qual se deve lutar apesar da dor que ele possa causar. Se o “sinônimo de amar é sofrer”, como conta a música sertaneja, para as mulheres os efeitos de uma cultura que prega o amor junto da dor (Santos, 2020); as inscreve em um ciclo de idealização e permissividade diante de diversos abusos no contexto da intimidade. Toda essa conjuntura insere o amor romântico como um ideal em uma cultura de massa. Assim, veicula-

se uma propaganda sobre ele que exerce poder por meio de tecnologias de gênero (Lauretis, 1984), impactando sobretudo as mulheres.

É nesse contexto, que Wolf (2018) indica que a banalização sobre violação e exposição dos corpos femininos gera sobre elas um fardo dificilmente nomeado. A autora aponta que se as mulheres retratadas na cultura de massa são lindas e sofrem violência, a violência é uma marca da capacidade de despertar desejo. Tornar a desigualdade nas relações uma característica naturalizada, por vezes até idealizada, é uma maneira refinada de silenciar dores femininas e de fazer valer a opressão de maneira introjetada, por meio de pedagogias afetivas poderosas pensadas conforme os ideais de uma sociedade cristã em uma região de capitalismo-patriarcal-racista dependente.

Como um dos resultados mais nocivos produzidos por essa conjuntura, a violência contra a mulher em relações amorosas é uma epidemia que se alastra pela sociedade brasileira, considerada um problema de saúde pública (OMS, 2005). Apesar da gravidade, sabe-se que existe uma invisibilidade desta temática entre os profissionais de saúde (Pedrosa & Zanello, 2017). Além disso, há uma perspectiva de atenção à saúde que dá pouca importância a constituição da subjetividade, priorizando medidas medicalizantes, e, portanto, naturalizando o sofrimento feminino sem oferecer instrumentos para que as mulheres reconheçam as próprias dores e amarras de gênero (Rabelo & Araújo, 2008).

A violência física contra mulheres em relações íntimas, ao materializar a agressão e destacar-se enquanto fenômeno estatístico, denuncia um mal-estar que permeia a cultura e as relações íntimas. Sabe-se que a violência psicológica possui impacto devastador (Souza & Cassab, 2010; Silva, Coelho & Caponi, 2007), assim como outras formas de violência. Contudo, visto que tais abusos são mais difíceis de serem identificados pelas próprias mulheres (Wolf, 2018; Silva et al, 2007) optou-se por trabalhar nesta dissertação com o recorte específico de mulheres que sofreram violência física. A escolha se dá de maneira estratégica, não por

subestimarmos os efeitos da agressão psicológica, mas por ser essa uma expressão extrema da desigualdade materializada por meio do dano físico, o que torna menos obscurecida sua nomeação.

A Organização Mundial da Saúde (2013) verificou que 35% das mulheres no mundo já foram vítimas de violência física e/ou sexual. No Brasil, o DataSenado (2019), encontrou um número similar de 27% de mulheres que declaram terem sofrido violência. O Mapa da violência (Waiselfisz, 2015) aponta também um aumento de 111,1% na taxa de mulheres vítimas de feminicídio entre 1980 e 2013. Trata-se, portanto, de uma epidemia de grandes proporções e que deve ser ativamente combatida (OMS, 2005; OMS, 2013)

Em termos de medidas sociais, a Lei Maria da Penha representa um marco na luta por direitos das mulheres. Segato (2003) destaca a importância da eficácia simbólica de uma lei, isto é, sua capacidade de nomeação, a qual permite que as pessoas identifiquem e deem nome a seus próprios problemas. Assim, a autora ressalta que uma lei é capaz de informar, sensibilizar e transformar a moral que sustenta os costumes e o esquema hierárquico de uma sociedade. Nesse sentido, a criação de uma legislação específica como a Lei Maria da Penha, assim como a mais recente Lei 14.188, sobre a violência psicológica, podem proporcionar a fomentação e a circulação do debate sobre a temática. Além disso, a lei traz a possibilidade de uma aplicabilidade em uma justiça que considera a situação histórica em que se insere a opressão de gênero vivida por mulheres que sofrem violência (Bandeira e Almeida, 2015).

Quanto aos estudos desenvolvidos sobre a temática em questão, a literatura aponta recursos para a compreensão sobre a especificidade da dinâmica que ocorre dentro de relações amorosas violentas, Como exemplo disso, é possível encontrar o ciclo de violência, proposto por Walker (2012), ou outros trabalhos que partem, muitas vezes, de uma leitura da sintomática entre cada uma das partes do casal, e a complementariedade entre seus respectivos sintomas. No caso desta última, normalmente o que se desenvolve é uma abordagem psicodinâmica, para

compreender o funcionamento, ou até mesmo psicopatológica, a fim de verificar características diagnósticas.

Oliveira (2004), como citado em Santos (2020), revela que no meio acadêmico prevalecem duas formas de buscar compreender esse fenômeno, a primeira pautada por uma explicação histórico-cultural e a segunda relacionada a uma dinâmica psicossocial do casal, proposições não excludentes, mas complementares. É preciso lembrar que, em sociedade, nada se faz ou se compreende de modo unidimensional ou dualista (Devulsky, 2021). Portanto, é percorrendo um caminho entre uma dinâmica psíquica implicada e o os pressupostos culturais que esta pesquisa busca se fundamentar.

Considera-se que mesmo a vida afetiva, tida tantas vezes como de cunho personalíssimo, tem uma base social em que as formas como os sentimentos são vivenciados, repercutidos e expressos, não são espontâneas, mas ritualmente organizadas e significadas, visando os outros (Le Breton, 2012). É a partir dessa colocação que se compreende aqui que há uma impossibilidade de dissociar a constituição psíquica da noção de cultura, como também fica evidente a incongruência em atribuir um caráter de naturalidade para os modos de funcionamento do indivíduo social (Muszcat, 2011).

Vimos que a afetividade, eleita como ponto central deste estudo, recebe, portanto, um enquadramento que é localizado em uma cultura e um tempo histórico. As contribuições de uma antropologia crítica das emoções permitem compreender que mesmo a forma de sentir é interpelada pela cultura e, por isso, possibilita a criação de caminhos diferentes e afetos que não podem ser compreendidos de forma universal. Isto é, culturas distintas e lugares sociais distintos na mesma cultura podem indicar percursos diferentes para a configuração dos afetos e formas específicas de sentir, as quais se constituem dentro das nuances daquele ambiente moral e não de forma independente dele (Le, Breton, 2019).

Por conseguinte, não se trata de ignorar forças, vulnerabilidades ou males que compõem as trajetórias singulares da história de vida de cada mulher. Significa, em suma, considerar que existem vias de adoecimento que sugerem coletivamente um caminho nefasto para as mulheres, fazendo, não por acaso, a violência em relacionamento íntimo tomar proporções epidêmicas e posições fixadas (mulheres agressoras e homens vítimas não é uma situação comum), delatando não um enlouquecimento de cunho privado, vivido por um casal, ou uma mulher, mas uma enfermidade da cultura.

Diante desse cenário, o presente estudo teve por objetivo investigar, de maneira qualitativa, a questão da violência contra a mulher em relações românticas, por meio de uma leitura que abarcasse os afetos das mulheres que foram vitimadas a partir de uma perspectiva crítica e gendrada da subjetividade, levando em conta os efeitos dos dispositivos de gênero (Zanello, 2018) sobre o psiquismo e as afetividades das mulheres. Assim, o trabalho se dividiu em dois artigos com objetivos distintos.

Tendo em vista que debate sobre o tema “violência contra a mulher” tem se tornado mais popular e já possui certa literatura publicada, o primeiro artigo teve por objetivo averiguar a presença de uma abordagem crítica dos afetos em artigos que trabalharam com a subjetividade de mulheres vítimas de violência. Foi realizada uma revisão sistemática da literatura tendo por base grandes plataformas de acesso gratuito de divulgação científica. As buscas se deram com a utilização de termos chaves relacionados nas plataformas Scielo, e Lilacs além da aba de periódicos indexados da BVSpsi.

O segundo artigo, por sua vez, consistiu em uma pesquisa qualitativa realizada a partir da escuta de mulheres que sofreram violência física em um relacionamento íntimo. Foram cinco casos estudados e revisitados diversas vezes a fim de elaborar questões relevantes sobre cada um individualmente e sobre seus aspectos em comum. O trabalho propiciou uma leitura sobre: a satisfação narcísica das mulheres nessas relações; as formas de violências vividas; os afetos

mobilizados; as idealizações sobre o amor; e por fim as possíveis vias de saída desses relacionamentos que atuam como perspectivas de saúde para as mulheres, sejam elas afetivas e internas, ou externas, com ajuda de terceiros.

A escolha pela apresentação deste trabalho em formato de artigos foi uma estratégia de dispersão das questões aqui discutidas. A fim de que os conteúdos produzidos nessa dissertação ganhem maior alcance e possam ser complementadas por outras pesquisas e perspectivas, cada capítulo será destinado a uma publicação. Vale ressaltar, no entanto, que no caso do segundo artigo, optou-se de apresentar aqui uma versão estendida de seu conteúdo, a fim de explorar mais detalhadamente as falas das mulheres e o desenvolvimento teórico realizado sobre estas.

Por fim, propor-se a escrever sobre uma temática delicada, comum e ao mesmo tempo cheia de tabus e julgamentos, se coloca como necessidade e também como desafio. Sabe-se que o estudo ou mesmo as falas das entrevistadas dão apenas contorno a experiências e não as cobrem por completo. O mesmo acontece com o desenho desta pesquisa, que se propõe a fazer um certo trabalho delimitado por recorte específico, a fim de alguma elaboração e contribuição para pensar o campo, mas escapando da pretensão de dar conta de todas as nuances que percorrem o fenômeno e a vivência traumática sobre ele.

## ARTIGO 1

### REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA SOBRE OS AFETOS E SUBJETIVIDADE DE MULHERES ENVOLVIDAS EM RELAÇÕES VIOLENTAS

#### RESUMO

Culturas sexistas configuram caminhos de subjetivação distintos para homens e mulheres, o que impacta não apenas em comportamentos, mas também em afetos e emocionalidades gendradas. No Brasil, mulheres adultas sofrem violência majoritariamente cometida por parceiros íntimos. Nesse sentido, este artigo teve por objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura sobre a construção dos afetos e da subjetividade de mulheres brasileiras que sofre(ra)m violência em relacionamentos amorosos. O levantamento foi feito nas bases de dados SciELO, LILACS e na aba de periódicos indexados da plataforma BVSp. Foram selecionados 21 trabalhos e divididos em 3 categorias para a análise. Constatou-se a escassez de artigos que tratam sobre as emocionalidades de mulheres nesse contexto e a quase ausência de algum que adotasse uma perspectiva crítica de gênero sobre os afetos.

**Palavras-chave:** Violência contra a mulher. Gênero. Afetos. Emoções. Revisão sistemática da literatura.

## INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher configura-se como um problema de saúde pública (OMS, 2005) de base social. Ou seja, trata-se de um problema que acontece em larga escala e que, ao mesmo tempo, denuncia um sofrimento sustentado por pilares culturais adoecidos e adoecedores de homens e mulheres. Este tipo de violência foi definido pela Convenção Interamericana de Belém do Pará (1994) como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como privado”. O Mapa da violência (Waiselfisz, 2015) aponta que houve aumento na taxa de mulheres vítimas de feminicídio entre 1980 e 2013. A taxa, que em 1980 era de 2,3 vítimas por 100 mil pessoas, passou para 4,8 em 2013, com um aumento de 111,1%. Segundo pesquisa publicada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em conjunto com o Instituto Datafolha (2019), em 2018, a cada hora, 536 mulheres foram vítimas de agressão física no Brasil. A pesquisa revelou que 39% das agressões foram cometidas por ex ou atuais companheiros das vítimas.

Considerando que mulheres adultas sofrem violência majoritariamente cometida por parceiros íntimos, Silva et al. (2007) apontam que as violências psicológicas são bastante comuns dentro de relacionamentos amorosos em geral e, ao se associarem a outras formas, tendem a uma escalada para a violência física. Walker (2012) propôs um modelo explicativo sobre a violência contra a mulher que apresenta a ocorrência, de forma circular e repetitiva, das seguintes fases: aumento de tensão, violência e lua de mel. Esse modelo propõe um aumento gradual da tensão até a ocorrência de um episódio de violência, seguido de um período permeado de desculpas e romantismo, chamado de lua de mel, e o recomeço do aumento gradual de tensão. A alternância entre os momentos de violência e de lua de mel ajuda a compreender parte do funcionamento dessas relações, sua dinâmica cíclica, bem como os fatores que contribuem com sua manutenção e influenciam na escalada da violência a cada novo

ciclo. No entanto, para abordagens interventivas que sejam efetivas, também se faz necessário compreender os afetos e emocionalidades que permeiam as vivências das mulheres que sofre(ra)m violências, bem como as bases sociais que sustentam essa experiência afetiva.

Le Breton (1998/2009) aponta que, embora as emoções sejam comumente consideradas como de cunho extremamente individual e íntimo, elas se dão a partir de um processo de socialização, em um determinado universo sociocultural de valores. Se os afetos se constituem de forma intrincada a uma cultura e a um lugar social específico, em culturas sexistas, eles também são gendrados (Zanello, 2018), ou seja, eles são constituídos, moldados e representados de forma intimamente articulada com constructos e performances socioculturais de gênero.

Zanello (2018) sublinha, nessa direção, que em nossa sociedade (sexista), a forma de amar que é interpelada às mulheres tem o potencial de deixá-las vulnerabilizadas nas relações heterossexuais. Segundo a autora, em nossa cultura “os homens aprendem a amar muitas coisas e as mulheres aprendem a amar, sobretudo, e principalmente, os homens” (p.84), ou seja, o amor é construído para as mulheres, através de diversas pedagogias afetivas, como algo central e identitário. E como chancela de seu valor de mulheridade. Terminar uma relação para uma mulher, ainda que abusiva e violenta, seria ressentido como um sintoma de seu fracasso como mulher. Da mesma maneira que o amor, também a culpa e a raiva seriam emoções atravessadas pelo gênero (Díaz-Benítez; 2019; Esteban, 2011; Zanello, 2018).

A situação de violência doméstica explícita, portanto, mecanismos gendrados, cujas raízes estão para além da situação de violência, mostrando como as emoções, e não apenas as performances e comportamentos, devem ser mirados desde uma perspectiva história e sociocultural para compreender a dinâmicas e jogos de poder do casal nessa situação. A criação da Lei Maria da Penha, representou um marco na luta pelos direitos das mulheres no Brasil. No entanto, como foi e tem sido a pesquisa sobre os afetos/emoções e subjetividade das mulheres em situação de violência? Que tipo de parâmetro epistemológico tem sido adotado em sua

interpretação? Houve impacto na produção acadêmica sobre este tema com a implementação da lei? Os artigos adotam uma perspectiva crítica de gênero ao discorrerem sobre a subjetividade feminina? Existe nestes estudos uma abordagem questionadora sobre a constituição afetiva como um caminho constituído e interpelado pela cultura? O objetivo deste artigo foi buscar respostas para essas questões.

## MÉTODO

Foi realizada uma revisão sistemática da literatura científica sobre o tema da subjetividade e das configurações afetivas de mulheres que sofre(ra)m violência em relações íntimas. O levantamento da produção bibliográfica foi feito nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online) e LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), além da aba de periódicos indexados da plataforma BVSpsi (Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia).

O recorte foi apenas da produção científica nacional relacionada com a temática. Dessa forma, foram incluídos na busca os artigos em português, inglês e espanhol, cujos autores fossem brasileiros/as e cuja coleta de dados, quando havia, também tenha sido realizada com a população brasileira. A escolha das bases de dados se deu por estas abrangerem grande parte dos periódicos nacionais e internacionais qualificados de acesso gratuito; e por englobarem as principais publicações em diversas áreas.

Esta revisão abrangeu todos os artigos publicados até janeiro de 2021 nas referidas plataformas. Optou-se por não estabelecer um limite temporal inicial, a fim de possibilitar um panorama mais amplo sobre as produções dentro da temática delimitada, e de observar tendências da produção científica comparando, sobretudo, os períodos antes e após a criação da Lei Maria da Penha, em 2006. O levantamento bibliográfico foi feito em fevereiro de 2021 e a

análise dos artigos se deu nos meses de fevereiro e março do mesmo ano. A seleção de artigos foi dividida em três etapas e foi revisada por pares ao final de cada etapa.

A primeira etapa consistiu na busca de artigos nas plataformas mencionadas por meio de grupos de descritores. O primeiro grupo foi composto por um único descritor, o termo “violência”, e foi conectado ao segundo grupo pelo marcador “AND”. O segundo grupo continha os termos “mulher”, “gênero”, “doméstica”, “conjugal”, “amor”, “afeto”, “paixão”, “física”, “moral”, “sexual”, “patrimonial”, “psicológica” todos ligados entre si pelo marcador “OR”. Devido à grande quantidade de resultados que abordavam outros tipos de violência que não aquela cometida por parceiro íntimo contra mulheres adultas, optou-se pela inclusão de um terceiro grupo de marcadores que se ligavam ao segundo grupo pelo marcador “AND NOT” a fim de excluir algumas temáticas não relacionadas. Os termos do terceiro grupo foram “policial”, “escolar”, “política”, “urbana”, “esporte”, “bullying”, “adolescente” “criança” “idoso”. No caso da plataforma SciELO, foram utilizados ainda os filtros de língua (inglês, português e espanhol).

A busca retornou 6.781 publicações, sendo 3.042 no portal SciELO; 3.413 na base LILACS; e 326 nos periódicos indexados da BVSpsi. Foram lidos todos os títulos e resumos a fim de descartar alguns por critérios de exclusão. Foram retirados aqueles: a) cujo tema não abarcasse mulheres brasileiras, adultas e vítimas de violência dentro do contexto de relacionamento íntimo; b) referentes a teses, dissertações e monografias; c) que trabalharam violência em relacionamentos íntimos com enfoque exclusivamente nos homens autores de violência; d) com enfoque nos profissionais que realiza(ra)m atendimento as mulheres; e) referentes a obras literárias ou artísticas que trabalham a temática; f) referentes a artigos médicos focados somente em lesões orgânicas advindas de violência doméstica; g) que abordassem a violência contra a mulher advinda de um contexto diferente de relacionamento íntimo amoroso (violência escolar, policial, no trabalho, familiar, etc) ou; h) referentes a outros

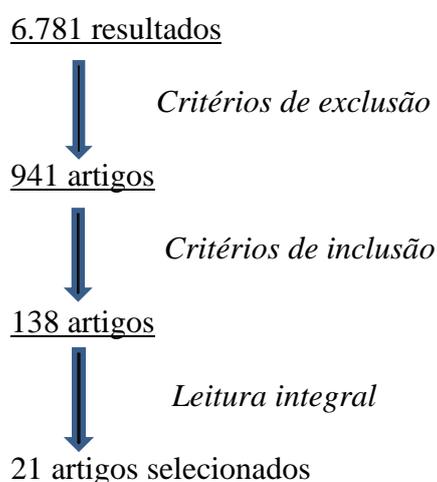
alvos de violência que não fossem mulheres adultas brasileiras (crianças, adolescente, idosos, estrangeiras, etc).

Após a leitura dos títulos e resumos dos 6.781 artigos inicialmente encontrados e depois da aplicação dos critérios de exclusão, 941 artigos se mostraram potencialmente relevantes: 312 da base SciELO, 503 da base LILACS e 126 dos periódicos indexados da BVSPsi. Esses artigos abarcavam diversas áreas do conhecimento e diferentes metodologias de pesquisa.

Na etapa seguinte, após realizada a releitura minuciosa dos resumos dos 941 artigos pré-selecionados, foram classificados para esta revisão, por critério de inclusão, aqueles que abordavam, de forma direta ou indireta, as configurações afetivas e a subjetividade das mulheres que sofre(ra)m violência em relações íntimas. Visando atingir a categoria dos afetos, considerou-se importante incluir artigos que abordassem como tema principal 1) a subjetividade dessas mulheres ou 2) o tipo de vínculo que elas estabelecem com o agressor. Tanto na primeira quanto na segunda etapa desta revisão, se o resumo de certo artigo não deixasse claro se o conteúdo se enquadrava ou não nos critérios de exclusão e inclusão, era então incluído e selecionado para a próxima fase, sendo a leitura integral do texto o ponto de decisão sobre sua exclusão. Ao fim desse processo, foram selecionados 138 artigos.

A última etapa consistiu na leitura integral dos 138 artigos da fase anterior, para uma análise e seleção refinada do material, de modo a abarcar efetivamente os critérios de seleção desta revisão. Os resumos, cujo texto completo não estava disponibilizado nas respectivas plataformas, foram buscados em sites alternativos e buscadores abertos da web, sendo possível encontrar alguns deles. Dessa maneira, ao final do processo foram excluídos artigos que: 1) eram duplicatas (N=12); 2) não foram encontrados os textos completos (N=31); 3) artigos que não abarcavam os critérios de inclusão (N=74). Após a aplicação destes critérios, a amostra final selecionada resultou em 21 artigos.

A leitura e a análise dos 21 artigos se deram de maneira minuciosa, destacando os seguintes fatores: ano de publicação; gênero e área de pesquisa dos autores; tipo de pesquisa e delineamento do estudo; critério de seleção da amostra, quando havia amostra; fundamento teórico que embasou a discussão da temática; classificação dos artigos de acordo com seu enfoque interpretativo da violência contra a mulher. Esse material foi separado em 3 categorias que serão descritas a seguir.



**Figura 1:** Processo de seleção dos artigos

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os 21 artigos selecionados se distribuíram quanto ao ano de publicação da seguinte maneira: 1 artigo em 2000, 2 artigos em 2001, 2 artigos em 2005, 1 artigo em 2006, 1 artigo em 2007, 2 em 2008, 1 artigo em 2009, 1 artigo em 2010, 3 em 2011, 1 em 2012, 2 em 2014, 2 em 2015 1 em 2017 e 1 em 2019. Parece, portanto, ter havido pouco impacto da promulgação da lei Maria da Penha sobre a produção de artigos específicos sobre o recorte dos afetos e constituição subjetiva de mulheres vítimas de violência em relações íntimas.

Quanto ao gênero dos autores e coautores, 40 eram mulheres e 6 eram homens. A diferença destaca como a escolha pela temática de estudo pode ser impactada pelo gênero do

pesquisador. O interesse por determinados temas dentro do meio científico não é uma preferência isenta e toca os profissionais de maneiras distintas, de acordo com suas vivências. A escolha daquilo que se elege como objeto de pesquisa é atravessado pelas experiências e lugares sociais de cada pesquisador que compõem a comunidade científica. Como apontado por Harding (2007), diferentes pontos de vista, realidades e vivências produzem interesses por temas distintos, interferindo no que se elege como assunto privilegiado a ser pesquisado. Assim, ressalta-se a importância da diversidade de pesquisadores dentro da academia para que diferentes recortes possam ser elencados e estudados em profundidade.

Em relação ao principal campo de conhecimento dos autores, apenas 1 artigo era de autoras da enfermagem, todos os demais eram da psicologia. É possível que tal número tenha se dado pela especificidade do tema e pela característica das plataformas escolhidas, que concentram, em sua maioria, periódicos da área de saúde. Para além dessa questão, tal dado pode indicar o quanto, em nosso país, o estudo das emocionalidades/subjetividade das mulheres que vive(ra)m experiências violentas continua concentrado numa perspectiva psicológica. Ademais, esse dado aponta para a necessidade do debate com outras áreas do saber, como a antropologia e a sociologia, que também podem realizar contribuições fundamentais, a partir de uma perspectiva sociocultural dos afetos, trazendo abordagens mais diversas e politizando o debate sobre as emoções.

Em relação ao tipo de metodologia de pesquisa, 2 trabalhos eram quantitativos, de natureza correlacional; 7 artigos teóricos; e 12 eram pesquisas qualitativas. Entre as pesquisas qualitativas, os métodos utilizados foram: estudo de caso clínico; entrevistas com mulheres; entrevistas com homens e mulheres; intervenção em grupo focal com mulheres que sofreram violência e com aplicação de questionário; aplicação de teste; aplicação de questionário; e observação com diário de campo.

O delineamento do método de pesquisa estabelece uma relação direta com a área de conhecimento dos autores. Visto que a maior parte dos artigos foram oriundos da psicologia, considerou-se importante destacar também a abordagem teórica que pauta e fundamenta majoritariamente cada artigo, já que a psicologia, enquanto campo de estudos, dispõe de uma grande pluralidade de teorias para a compreensão dos fenômenos. Sendo assim, os artigos apresentaram como base teórica principal as seguintes perspectivas: psicanálise (N=9); teorias feministas de gênero (N=5), dentre os quais um deles interagia com a perspectiva da filosofia e psicologia política de Rolnick e Guattari; psicologia analítica de Carl Jung (N=1); fenomenologia de Heidegger (N=1); teoria cognitivo-comportamental (N=1); Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM (N=1); teoria sistêmica (N=1); integrativo de várias teorias (N=2); e, por fim, um artigo em que não foi identificada uma corrente teórica específica (N=1).

Quanto ao objeto de pesquisa, 14 artigos estudaram apenas a mulher que sofre(u) violência e 7 artigos trouxeram a perspectiva de mulheres e homens como casal. Os afetos não chegaram a aparecer como temática principal em nenhum dos artigos, mas surgiram como plano de fundo e foram citados diretamente em 2 trabalhos, discutidos como aspecto fundamental de intervenção.

A partir da leitura integral e da análise dos textos, os artigos foram classificados de acordo com a perspectiva interpretativa adotada para a compreensão da violência contra a mulher, por meio de três categorias: “*Afetos e Subjetividades das mulheres*”, em que a ênfase maior está na pessoa da própria mulher; 2) “*Afetos no vínculo*”, no qual o vínculo entre o casal é entendido como central para a compreensão da dinâmica de violência; e 3) “*Epistemologia dos afetos*”, que visa discutir diferentes teorias para se compreender o fenômeno.

A primeira categoria, “*Afetos e Subjetividades das mulheres*”, englobou 13 trabalhos, os quais abordam a subjetividade das mulheres que sofreram violência (Moura & Oliveira 2000;

Fonseca et al., 2001; Gomes, 2005; Ramão et al., 2005; Narvaz & Koller, 2006; Menin et al., 2007; Oliveira et al., 2010; Lima & Werlang, 2011; Santos, 2011; Azevedo, 2013; Vigário, & Pereira 2014; Cerruti & Rosa, 2016; Ferreira & Danziato, 2019).

A segunda categoria, “*Afetos no vínculo*”, agrupou 6 artigos, que abordaram a dinâmica do casal de forma conjunta visando compreender o tipo de vínculo que se estabelece entre eles (Levy & Gomes, 2008; Torossian et al., 2009; Paim et al., 2012; Dias & Neves, 2014; Madalena et al., 2015; Guimarães, et al., 2017)

“*Epistemologia dos afetos*”, a última categoria, englobou dois artigos que discutiram o enlace da violência com o relacionamento/amor romântico de acordo com diversas abordagens da psicologia ou das ciências sociais (Smigay, 2001; Dias & Machado, 2011).

Dentre os 21 artigos selecionados, apenas 8 levaram em conta uma perspectiva crítica de gênero (Moura & Oliveira 2000; Smigay, 2001; Ramão, et al., 2005; Narvaz & Koller, 2006; Levy & Gomes, 2008; Oliveira, et al., 2010; Vigário, & Pereira 2014, Guimarães, et al., 2017), ou seja, abordaram gênero como uma categoria de construção social que abarca relações de poder que funcionam como pilares da cultura, impactando profundamente a constituição da subjetividade de cada sujeito. Dentre os demais artigos, alguns chegaram a citar brevemente diferenças sociais entre homens e mulheres a fim de reconhecer a existência de uma desigualdade, mas não trabalharam a questão de gênero nas análises e considerações. Outros não fazem sequer referência à perspectiva de desigualdade entre homens e mulheres.

Quanto ao olhar crítico e político sobre a constituição dos afetos – isto é, como a cultura e o campo social interpelam diferentes formas de sentir e criam pedagogias afetivas (Zanello, 2018) – nenhum artigo adotou tal perspectiva. Ressalta-se um apagamento no campo da psicologia no que diz respeito a aspectos culturais e ao diálogo com outras disciplinas das humanidades que são fundamentais para a compreensão de aspectos psíquicos. A

psicologização de problemas sociais ou a universalização de características localizadas em um tempo e em uma cultura são questões nas quais a psicologia parece incorrer inúmeras vezes.

Dois dos artigos, em especial, tangenciaram perspectivas críticas aqui destacadas. No primeiro caso, o trabalho de Dias e Machado (2011) apresenta um compilado de diferentes entendimentos teóricos sobre o enlace do amor romântico com a violência. Nesse texto, a abordagem crítica sobre os afetos em relação ao gênero e à subjetividade aparece como uma das maneiras possíveis de interpretar o fenômeno da violência, mas não como uma postura tomada pelas autoras para discutir a temática. O segundo caso de tangenciamento é referente à abordagem crítica dos afetos no artigo de Ramão e Meneghel (2005), em que as autoras não chegam a construir uma elaboração sobre as possibilidades específicas do afetar-se dentro de uma cultura, mas afirmam categoricamente que os afetos são uma parte fundamental da subjetividade e que esta é constituída socialmente.

Tabela 1: categorias e enfoques dos artigos

<b>Categoria</b>	<b>Foco do estudo</b>	<b>Abordagem teórica</b>	<b>Crítica de Gênero</b>	<b>Crítica dos Afetos</b>
Afetos e subjetividade das mulheres (13)	Inserção e manutenção da mulher no relacionamento (7)	Psicanálise (6) Psicologia analítica(1)	Não (7)	Não (7)
	Impactos subjetivos (3)	Fenomenologia (1) Teorias Feministas (1) Não identificado(1)	Sim (2) Não (1)	Não (3)
	Protagonismo para novos caminhos(3)	Teorias feministas (3)	Sim (3)	Não (2) Tangencia(1)
Afetos no vínculo (6)	Vínculos e relações adoecidas (4)	Psicanálise (3) Sistêmica (1)	Sim (2) Não (2)	Não (4)
	Correlação de fatores psíquicos (2)	Cognitivo Comportamental/ DSM (2)	Não (2)	Não (2)
Epistemologia dos afetos (2)	—	Várias abordagens (2)	Tangencia (1) Sim (1)	Tangencia (1) Não (1)

Fonte: elaborado pelas autoras

## **Classificação dos artigos de acordo com seu enfoque interpretativo**

### **Categoria 1 - Afetos e Subjetividades da mulher**

Os 13 artigos aqui elencados discutiram, em primeiro plano, a constituição da subjetividade das mulheres, enfatizando os afetos como plano de fundo dessa temática. Dentre os artigos deste grupo, foram percebidos diferentes enfoques temporais que contemplam: a inserção e manutenção da mulher dentro do relacionamento violento; os impactos da violência sobre a subjetividade; e a construção de protagonismo e empoderamento para sair da relação e reconstruir a própria vida. Assim, para tornar mais clara a apresentação desta categoria, optou-se por separá-la internamente em três subgrupos com base nesta lógica.

#### ***a) Enfoque: inserção e manutenção da mulher no relacionamento violento***

Neste enfoque, foram englobados os artigos que se dedicaram ao estudo da constituição da subjetividade e do funcionamento psíquico de mulheres que sofreram violência por parceiro íntimo, discutindo que tipo de participação elas têm nesse processo. Alguns dos trabalhos, envolveram também questões psicológicas do homem agressor, mas entraram neste subgrupo por priorizar uma análise do funcionamento intrapsíquico de cada uma das partes individualmente, ao invés do tipo de vínculo estabelecido. Assim, a ênfase se deu sobre as questões internas, associadas à agência na escolha conjugal, à manutenção da relação, à persistência na posição de vítima, etc.

Sobre as teorias de base, esta categoria reuniu um artigo da psicologia analítica junguiana (Menin & Moraes, 2007) e 6 artigos da psicanálise, sendo que, destes seis, três apontam Lacan como principal autor de referência (Santos, 2011; Cerruti & Rosa, 2016; Ferreira & Danziato, 2019); dois se apoiaram na teoria freudiana (Fonseca, Souza & Santoro, 2001; Gomes 2005) e um mobiliza os trabalhos de Freud, Laplanche, Pontalis e Ferenczi (Lima & Werlang, 2011).

Quanto à natureza das pesquisas, três se caracterizaram como ensaios teóricos (Cerruti & Rosa, 2016; Menin, & Moraes, 2007; Santos, 2011); dois como estudos de caso clínico (Gomes, 2005; Ferreira & Danziato, 2019); um como estudo com falas retiradas do trabalho de escuta em uma instituição (Fonseca, Souza & Santoro, 2001); e, por fim, um estudo qualitativo com entrevistas semiestruturadas (Lima & Werlang, 2011). Todos os trabalhos psicanalíticos deste grupo indicaram a escolha conjugal como produto de processos inconscientes ligados à repetição de algo da história infantil de cada uma das mulheres, a qual estruturaria a vida afetiva delas quando adultas. O único artigo de base junguiana abordou forças inconscientes de arquétipos masculinos e femininos.

Quanto aos sujeitos de pesquisa trabalhados, dois artigos trouxeram uma leitura sobre o psiquismo de mulheres que sofreram violência e também de homens autores de violência, interpretando o funcionamento de cada um dos envolvidos (Fonseca et al., 2001; Gomes, 2001). Os demais artigos se voltaram apenas para o aspecto intrapsíquico das mulheres.

Nenhum artigo desta categoria faz qualquer menção crítica a respeito da constituição cultural dos afetos. Os conceitos são trabalhados pela mobilização da linguagem e jargões já estabelecidos em suas teorias de origem e, quando há descrição de afetos, não há qualquer comentário sobre a localização destes na cultura, ou sobre sua relativização.

Fonseca et al. (2001) trazem interpretações sobre o psiquismo dos homens e mulheres envolvidos em violência doméstica, ouvidos em uma delegacia especializada. Para os homens violentos, o artigo destaca um mal-estar na cultura. Para as mulheres, pensa os casos de violência sobretudo por meio das possíveis saídas edípicas: 1) impotência diante da vida, tornando-se indiferente e desvalidada; 2) fantasiar ser homem e rivalizar com eles; e 3) busca por um objeto equivalente ao falo. As autoras também fazem articulações com outros conceitos da psicanálise, correlacionados ao período infantil, tais como inveja do pênis, falo, feminilidade

e escolha objetal, apontando que a dor pode ser entendida como traço pulsional e a violência como consequência de uma pulsão não simbolizada.

O artigo de Gomes (2005) relata o acompanhamento psicológico em uma clínica escola, onde a mulher, que era atendida individualmente no início, depois passou a buscar terapia de casal. O trabalho se volta para a escolha conjugal de cada um dos envolvidos, utilizando-se dos conceitos de fusão, idealização, complementaridade, desejo de ser a imagem especular do outro, meta egóica e masoquismo feminino. O artigo reconhece que a posição da mulher é de trauma, mas tende a colocar os dois lados em um falso paralelismo, considerando o quão responsável é a mulher por deixar-se ser agredida. Desconsiderando as estruturas de poder e desvantagem em que a mulher se encontra, o processo terapêutico do casal encorajou uma postura de não-submissão da esposa, culminando em um episódio de violência grave e no abandono da terapia.

Lima e Werlang (2011), por sua vez, desenvolveram em seu artigo um estudo de natureza qualitativa, no qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 12 mulheres. As autoras trazem uma associação das falas das mulheres com a história da vida infantil e sublinham que as entrevistadas, em seus discursos, reconheceram uma semelhança entre seus casamentos e o relacionamento dos pais. Na discussão teórica sobre as falas coletadas, o estudo destaca os conceitos de trauma, compulsão à repetição e pulsão de morte e seus desdobramentos no psiquismo.

Santos (2011) desenvolveu uma elaboração teórica, com base nas contribuições de Lacan, utilizando em suas reflexões conceitos psicanalíticos tais como gozo, feminilidade, ferida narcísica, masoquismo, inveja do pênis, devastação e desejo. São discutidos aspectos das relações primárias femininas e das causas que sustentam o relacionamento violento. Assim como já apontado em artigos anteriores, este trabalho ressalta que a relação conjugal tende a reatualizar algo da relação com a mãe. O autor destaca que a construção da feminilidade na mulher passa por uma superação da “inveja do pênis”, o que geraria uma ferida narcísica. Tal

ferida determinaria o tipo de escolha amorosa, que, para as mulheres, geralmente é do tipo narcísico, ou seja, que “ama ser amada”. O trabalho também pontua o amor como o campo em que a violência se manifesta de forma mais cruel e destaca que uma relação de amor pode camuflar relações de ódio, ou o próprio ódio muitas vezes é passível de ser interpretado como amor.

Cerruti e Rosa (2016) buscam construir uma discussão sobre o combate à violência entre homens e mulheres que não perpetue uma visão dicotômica de vítima/agressor. As autoras tecem críticas à forma dita maniqueísta como o sistema jurídico e algumas abordagens feministas tratam o fenômeno e apontam que muitas vezes tais abordagens acabam por repetir e reforçar uma posição de objeto da qual a mulher está tentando sair. Os prejuízos da violência e o padecimento do corpo são reconhecidos. Ao mesmo tempo, o trabalho aponta que é a posição de vítima que aprisiona a mulher em um lugar paralisado e na queixa infinita. Assim, defendem que reconhecer a dor das mulheres enquanto sujeitos é diferente de reduzir tal dor à condição vitimizada, o que culminaria em uma fixação e enrijecimento nesta posição enquanto o desejável seria o deslocamento deste lugar subjetivo. O texto problematiza a tentativa de definir estas mulheres em uma identidade compartilhada de “mulheres que sofrem violência”, no qual a posição de vítima se ancora. Como exemplo de contraponto, é citada a exaltação narcísica do eu em mulheres que relatam como tentaram ajudar os companheiros agressores.

De forma geral, o trabalho de Cerruti e Rosa (2016) apresenta problematizações sobre a posição em que as mulheres se colocam, reforçadas pelo sistema judiciário, longe da posição de desejantes. Apesar de o trabalho reconhecer e fornecer aspectos importantes para um possível debate de gênero, essa discussão não é realizada. Além disso, é importante destacar que a crítica psicanalítica sobre a identificação com a posição de vítima merece cautela. Em uma sociedade sexista como a brasileira, identificar-se como vítima de violência doméstica pode ser a porta de entrada para um letramento de gênero e para a politização do sofrimento,

que não tem a ver somente com a biografia e com as dimensões intrapsíquicas da mulher, mas é intrinsecamente relacionado com o lugar social que lhe é atribuído.

O trabalho de Menin et al. (2007) aborda o psiquismo feminino dentro da sociedade patriarcal e as violências às quais está submetida a mulher, em que quase sempre o autor é um homem parceiro. O artigo, no entanto, volta-se para descrever e compreender uma força devastadora que atua de dentro para fora na mulher, que faz com que estas ajam de forma destrutiva contra si mesmas ou contra outras mulheres, submetendo-se voluntariamente às exigências que as desvirtuam. Nesse sentido, o trabalho parece utilizar a violência doméstica como um exemplo possível para essa destrutividade, não se limitando a ele. O texto se utiliza dos conceitos Jungianos de animus, consciência solar e consciência lunar, forças que teriam uma essência mais masculina e feminina, respectivamente. Sobretudo o Animus negativo, sendo o foco do artigo, é entendido como elemento destrutivo, que explicaria o “roubo de energia psíquica que deixa as mulheres vulneráveis nas relações”, e assim, diante do conflito psíquico e relacional, “a mulher vítima do predador interno passa a se sentir sem confiança e energia, pois está realmente sendo sugada” (pg.14). De maneira geral, o trabalho parece reconhecer que algumas ideias de gênero são um fator de vulnerabilização e desempoderamento das mulheres, ao mesmo tempo que não considera gênero de maneira crítica e parece trabalhar os conceitos ligando aquilo que é “essencialmente” feminino ou masculino a valores que não são por natureza pertencentes a homens ou mulheres, mas construções sociais.

Ferreira e Danziato (2019) realizaram um estudo de caso, abordando questões da família de origem; padrões de relacionamento conjugal que se repetiam ao longo das gerações; questões da vivência, da escolha conjugal e do lugar que essa relação ocupava para a mulher. A análise teórica se utilizou de conceitos psicanalíticos, tais como: feminilidade, sexualidade feminina, masoquismo feminino, masoquismo moral e desejo do outro. Estes conceitos foram escolhidos a fim de trazer algo sobre como esta mulher criou e manteve o vínculo com o marido. Os autores

destacam que os padrões de escolha amorosa feminina geralmente se voltam para um parceiro no modelo do pai, mas no casamento acabam por repetir a relação com a mãe.

***b) Enfoque - Impactos subjetivos***

A segunda subcategoria agrupou dois trabalhos da psicologia (Oliveira et al., 2010; Azevedo, 2013) e um da área da enfermagem (Moura & Oliveira, 2000), que também foi um dos únicos desta revisão de literatura a trazer os afetos como plano de fundo. Os três artigos analisaram a subjetividade das mulheres dando ênfase aos sofrimentos vividos por elas em meio ou após as relações. Como fundamento teórico, foram utilizadas a fenomenologia de Heidegger (Azevedo, 2013), as teorias de gênero (Moura & Oliveira, 2000) e ainda houve um artigo que, apesar de citar as teorias de gênero, focou sua análise sobre o teste de autoimagem, criando uma dificuldade para identificar uma teoria de base (Oliveira et al., 2010).

Como metodologia, os estudos aqui selecionados foram qualitativos, sendo: um estudo com entrevistas abertas (Azevedo, 2013); um com entrevistas semiestruturadas (Moura & Oliveira, 2000); e um com entrevistas semiestruturadas e aplicação de teste projetivo (Oliveira et al., 2010). Os três artigos abordaram apenas as mulheres como participantes de pesquisa.

Moura e Oliveira (2000) desenvolveram um estudo que abordou a violência doméstica, as mulheres e o papel da enfermagem. O texto dedicou um espaço específico para falar dos afetos dessas mulheres, ressaltando que, para além de outros fatores sociais, é justamente a afetividade que direciona o caminho que elas percorrem. Assim, as autoras apresentam os sentimentos apontados pelas entrevistadas, em destaque, a culpa. Nesse sentido, embora o artigo não faça uma reflexão crítica sobre como os próprios afetos são construídos de maneira gendrada, utiliza gênero como uma categoria de poder e anuncia a importância de entender as reações e interações das mulheres, sem negligenciar seus afetos ao pensar em maneiras de intervenção e políticas públicas.

Oliveira et al. (2010) avaliaram o impacto da violência sobre a autoimagem das mulheres que a sofreram. O trabalho parte do entendimento de que o conceito de autoimagem é intensamente delineado por aspectos da cultura, como normas, valores e crenças. Mobiliza, de maneira crítica, uma perspectiva de desigualdade de gênero e leva em conta os afetos como plano de fundo.

Azevedo (2013) realizou uma pesquisa com mulheres que sobreviveram a uma tentativa de feminicídio seguida de suicídio do parceiro. A autora aponta para um modo específico de existir e de cuidar de seus parceiros se colocando como objeto e marcando os sentidos que essas relações ocupavam em sua própria existência. Assim, a autora destaca que, às vezes, mesmo após a morte dos companheiros, estes modos de existir das mulheres permanecem presentes, numa presença simbólica que mantém o “modo-de-ser-no-mundo”, dentro de uma possibilidade restrita de existência, onde existir, significa “existir-para-um-homem”. Apesar da leitura sobre um modo específico de existência ligado ao cuidado, o artigo não aprofunda em aspectos da desigualdade de gênero e de construtos sociais no geral.

*c) Enfoque: Protagonismo para novos caminhos*

Os três artigos que compuseram esta subcategoria objetivaram destacar, a partir de uma perspectiva da subjetividade, o protagonismo das mulheres e os caminhos de construção de sua autonomia, de tomar as rédeas da própria vida. Todos os artigos fizeram uso de críticas de gênero ou mobilizaram referências teóricas feministas.

Quanto à metodologia dos artigos, eles se dividiram em um trabalho de natureza teórica (Narvaz & Koller, 2006) e dois estudos qualitativos do tipo pesquisa-intervenção. Dentre estes últimos, um artigo utilizou a estratégia de grupo focal (Ramão et al., 2005) e o outro utilizou estratégias de observação, diário de campo, escuta terapêutica e intervenção psicossocial (Vigário & Pereira, 2014). As duas pesquisas qualitativas tiveram como participantes apenas mulheres vítimas de violência.

Ramão et al. (2005) realizaram um grupo terapêutico de escuta da história das mulheres e contação de histórias de orixás femininos. A intervenção tomou por base teórica a obra “Micropolítica: Cartografias do Desejo” de Rolnick e Guatarri, além de referências dos estudos feministas de gênero. As autoras consideram a subjetividade como um produto social, que seria composta também por um fluxo de afetos. O interesse das autoras é por uma via capaz de “agenciar o desejo” e ativar possíveis linhas de fuga. Nesse sentido elas consideraram que a intervenção foi capaz de “aflorar modos de expressão dissidentes, em relação aos modos de expressão dominantes” (pg. 83), favorecendo a capacidade da mulher de tomar controle da própria vida, por meio da representação e do protagonismo feminino.

Narvaz e Koller (2006) apresentam um estudo teórico que constrói um aparato geral da dinâmica subjetiva dessas mulheres com base em construtos culturais e de gênero. O texto destaca mecanismos de defesa, ideais sociais e pontos que se repetem entre as narrativas das mulheres, de acordo com a literatura. As autoras discorrem sobre a importância de uma não culpabilização, ao mesmo tempo que não consideram as mulheres como vítimas incapazes de agir. Nesse sentido, o artigo traz diversas perguntas a fim de gerar reflexão sobre a temática.

Por fim, o artigo de Vigário e Pereira (2014) retrata uma pesquisa-ação realizada com mulheres que procuraram uma Delegacia de Polícia Civil de Goiandira-GO. O estudo se debruça sobre os processos identitários e seus mecanismos de funcionamento, como movimentos dialéticos e metamórficos que devem ser discutidos no âmbito social e político. Assim, as autoras formularam que é em meio aos papéis já definidos culturalmente e associados a uma estrutura de poder que os indivíduos constituem o próprio “eu”. Apostando nesta possibilidade de mudança para as mulheres atendidas, as autoras discutem os papéis que as interpelam identitariamente e as aprisionam, buscando uma perspectiva emancipadora.

Em suma, observa-se que os artigos desta categoria apresentam problematizações relevantes sobre os posicionamentos subjetivos das mulheres nas relações íntimas em que

ocorre a violência. No entanto, a maioria dos artigos, sobretudo aqueles da psicanálise, constroem análises e interpretações que se apoiam quase exclusivamente nas dimensões intrapsíquicas, ignorando a participação da cultura e do contexto sociopolítico na própria constituição desse domínio intrapsíquico. Identifica-se que essas perspectivas parecem carecer de uma abordagem crítica sobre a politização dos afetos e sobre os determinantes socio-histórico-culturais da subjetividade. Nesse sentido, evidencia-se que elas recaem em interpretações psicologizantes, que buscam apontar na biografia e nas dimensões intrapsíquicas das próprias mulheres as justificativas para a violência, incorrendo em sua responsabilização (Pedrosa & Zanello, 2016) pela violência sofrida.

Outro importante aspecto observado em alguns dos artigos é o estabelecimento de uma falsa simetria entre a participação do homem e da mulher na relação violenta, ignorando as desigualdades estruturais e a assimetria na distribuição de poder entre homens e mulheres em nossa sociedade. Como exemplo, citamos um excerto do artigo de Gomes (2005), que narra da seguinte forma um episódio de violência física grave:

Esses momentos de não-submissão da terapeuta parecem ter contribuído para que B. percebesse novos modelos de relacionamento, notando **o quanto ela era responsável ao deixar-se ser agredida**. Ela, então, teve momentos de recusa a essa agressão, o que desestabilizou bastante o vínculo sado-masoquista do casal, infelizmente culminando em um episódio grave de violência doméstica. Após uma briga na qual a esposa reagiu em alguma proporção, o marido a espancou por uma noite inteira, **terminando os dois muito feridos, ela por ter sido espancada e ele com a mão muito machucada de tanto bater**. (p. 184, grifo nosso)

É importante ressaltar que a terceira subcategoria reúne artigos que se colocam como uma exceção às observações destacadas acima, revelando como a adoção de uma perspectiva crítica de gênero pode funcionar como antídoto para o psicologismo e para a responsabilização da mulher que sofre violência. Destaca-se, assim, a importância de um gendramento crítico não somente da linguagem e das noções conceituais usadas teoricamente, mas da própria aplicação

dos conceitos nas abordagens clínicas e teóricas. Essa mobilização do gênero como categoria político-social pode descortinar outros entendimentos sobre os diversos fenômenos subjetivos que, em culturas sexistas como a brasileira, são acentuadamente atravessados pelo binarismo do tornar-se homem ou mulher (Zanello, 2018).

### **Categoria 2 – Afetos nos Vínculos**

Os 6 textos desta categoria são focados no casal como objeto principal de análise, ressaltando a forma de vinculação entre homem e mulher. Contudo, os artigos diferiram quanto ao destaque dado para cada parte da dupla. Guimarães et al. (2017) parecem privilegiar a perspectiva da mulher violentada e seus papéis sociais dentro do relacionamento, ao passo que o texto psicanalítico de Levy e Gomes (2008) parece se debruçar um pouco mais sobre essas questões no homem agressor. Os demais artigos não destacam nenhum dos lados de maneira privilegiada.

O reconhecimento de uma hierarquia gendrada entre estas posições fixas foi explicitado somente em dois artigos (Levy & Gomes, 2008; Guimarães et al., 2017). Os demais estudos não levaram em conta uma postura crítica de gênero e trabalharam a violência como parte integrante da comunicação do casal. Devido à diferença epistemológica e metodológica (qualitativa e quantitativa) dos artigos, optou-se por uma separação em dois subgrupos:

#### **a) *Enfoque 1- Relações adoecidas***

Neste subgrupo, foram elencados quatro artigos de metodologia qualitativa. Todos os estudos reconheceram a presença de ambiguidades nos vínculos e demandas entre o casal e apontaram posições fixadas na dupla afetiva. Como base epistemológica, um artigo se pautou na teoria sistêmica (Guimarães et al., 2017) e os demais são oriundos da psicanálise. Dentre estes últimos, um artigo é de natureza teórica (Levy & Gomes, 2008) e os outros dois são estudos de caso: um que faz uso de entrevistas abertas (Dias & Neve, 2014) e outro que constrói um relato de atendimento clínico (Torossian et al., 2009).

Torossian et al. (2009) trabalham um caso clínico de psicoterapia de casal, destacando falas e trazendo interpretações sobre as dinâmicas intrapsíquicas que estas representam. Os autores destacaram a vinculação por via da complementaridade fusional e adotaram uma perspectiva relacional para discutir o laço entre o casal, utilizando-se de conceitos psicanalíticos, como “aspectos egóicos”, “identificação projetiva” e “relações objetais patogênicas”, indicando a repetição de experiências infantis.

O trabalho de Dias e Neve (2014) abordou a temática a partir de um estudo de caso único com entrevistas, voltando-se, sobretudo, para a escolha amorosa. O texto fundamenta-se nas noções psicanalíticas de escolha objetal, anaclítica ou de ligação. As autoras apontam que homens e mulheres ocupam posições diferentes, mas ambos estão envolvidos com o desdobramento violento. Observam-se as dinâmicas do casal de forma igual, sem reconhecer as desigualdades estruturais e a assimetria de poder entre homem e mulher, o que pode incorrer, novamente, na responsabilização da mulher, discutida anteriormente.

Guimarães et al. (2017) realizaram um trabalho qualitativo com grupos focais de mulheres. Esse estudo apontou o duplo-vínculo como maneira privilegiada de vinculação entre casais com ocorrência de violência doméstica. Segundo os autores, a relação duplo-vincular se estabeleceria a partir de uma relação de alto valor de sobrevivência, permeada por mensagens paradoxais que impedem que o receptor possa sair ou refletir sobre o padrão da interação. Os autores também destacam construções de gênero e noções sobre o amor romântico associado a um grande valor de sobrevivência, concebendo a relação afetiva como um elemento de estruturação identitária. O texto ainda desenvolve questões sobre a interpretação afetiva que o gênero confere a cada um dos envolvidos, como no caso do ciúme masculino excessivo, que pode ser lido no lugar de um sofrimento passível de ajuda, interpelando a mulher no lugar de cuidadora e aprisionando-a ainda mais no relacionamento.

Já o trabalho de Levy e Gomes (2008) foca na complementariedade fusional do casal. Segundo as autoras, as causas dos conflitos nas relações violentas apontam para um jogo inconsciente entre os dois envolvidos, jogo este que se associa a um conflito infantil anterior, similar e não superado, em que os membros do casal reviveriam a mesma cena, a partir de polos opostos, cada um fixado em sua posição defensiva. O artigo levanta questões de gênero e discute as mudanças sociais nas possibilidades de ser homem ou mulher, associando tais posições aos conceitos psicanalíticos de narcisismo, masoquismo e investimento libidinal. O artigo dá algum destaque para questões que impulsionariam a violência no homem e constrói sua tese sobre a vivência do casal, levando em conta a “posição masculina” e a “posição feminina”. Indica assim, que a escolha conjugal e a relação que se estabelece reeditam questões infantis. O trabalho apresenta uma perspectiva de gênero ao mesmo tempo que parece estabelecer falsas simetrias entre as violências cometidas por homens e mulheres.

#### **b) *Enfoque 2 - Correlações de fatores psíquicos***

O segundo enfoque da categoria de vínculos conta com dois artigos de pesquisas quantitativas, que se utilizam da testagem psicológica para indicar correlações entre aspectos psicológicos dos participantes e a ocorrência de violência conjugal. Ambos os artigos trabalharam com homens e mulheres (casais) e apresentaram uma leitura de subjetividade mais pragmática que os artigos das categorias anteriores, pautada numa abordagem cognitiva ou médica. O estudo de Madalena et al. (2015) abordou transtornos listados pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5). Nenhum dos artigos fez qualquer menção quanto à crítica de gênero e dos afetos.

Paim et al. (2012) realizaram um estudo com os testes Inventário dos Esquemas de Jeffrey Young (YQS-S3) e Revised Conflict Tactics Scale (CTS2). Os esquemas, de acordo com o artigo, são crenças incondicionais sobre si mesmo em relação ao ambiente, são estruturas interpretativas estáveis, duradouras e rígidas que geram sofrimento e comportamentos

disfuncionais. Os pesquisadores encontraram correlações entre a violência conjugal e os esquemas de desconfiança/abuso, isolamento social/alienação, defectividade/vergonha, dependência/incompetência, emaranhamento, auto sacrifício, padrões inflexíveis, grandiosidade/arrogo, autocontrole/autodisciplina insuficientes e postura punitiva. Vale sublinhar que a amostra é tanto de mulheres agredidas e agressoras, quanto de homens agredidos e agressores. O artigo não faz diferenciação entre estes públicos focando-se no relacionamento “mal adaptado” e não em quem são as vítimas ou autores de violência.

Madalena et al. (2015) correlacionaram traços de personalidade nos casais e ocorrência de violência doméstica por meio dos instrumentos: Inventário Dimensional Clínico da Personalidade (IDCP) e a Revised Conflict Tactics Scale (CTS2). Os traços investigados são considerados disfuncionais e estão relacionados com transtornos de personalidade citados do DSM, como os transtornos antissocial e borderline. Segundo os autores, os resultados da pesquisa indicaram que os mesmos fatores de funcionamento patológico da personalidade que se correlacionaram com a violência conjugal cometida também se correlacionaram com a sofrida. O artigo leva em conta a existência de uma conjugalidade violenta, onde nem sempre existirão vítimas e agressores. Nesse sentido, as autoras destacam que este tipo de violência ultrapassa questões de gênero e que devem ser considerados outros fatores para a sua compreensão, como os traços de personalidade.

A categoria “Afetos no vínculo”, de modo geral, apresenta uma leitura sobre as dinâmicas relacionais. No caso dos artigos do primeiro enfoque, os artigos tendem a reconhecer diferenças de poder dentro destas relações, mas ainda incorrem em uma interpretação acentuadamente focada na dimensão intrapsíquica, sem uma perspectiva crítica acerca da participação da cultura e do contexto social na própria constituição psíquica.

Sobre o segundo enfoque, destaca-se que os testes aplicados ontologizam aspectos psíquicos, classificando-os sem qualquer crítica cultural, fazendo prevalecer um discurso

médico e diagnóstico que tende a uma patologização do indivíduo sem espaço para questionamentos da cultura. Classificando “disfunções” ou “psicopatologias” para casais violentos, impera um discurso asséptico que distancia a discussão sobre desigualdade de gênero da população em geral. Segundo as autoras, tais aspectos ultrapassam perspectivas de gênero. Em um dos estudos, a descrição da amostra se dá de maneira neutralizante de modo que não é possível diferenciar quantos participantes são homens e mulheres e quantos são vítimas e agressores. Assim, vê-se imperar o exercício de um saber de lógica médica que exerce poder por meio de um posicionamento dito neutro.

### **Categoria 3 – Epistemologia dos Afetos**

Esta categoria foi composta por dois artigos, ambos de autoras oriundas do campo da psicologia. Os trabalhos se propuseram a discutir as seguintes questões: os modelos teóricos para a análise da violência conjugal na área da psicologia (Smigay, 2001); como as ciências humanas e, principalmente, a psicologia, têm conceitualizado o amor romântico e sua articulação com a violência (Dias & Machado, 2011).

Em um estudo teórico, que se volta para o tipo de vinculação formado entre o casal, Smigay (2001) passa por algumas teorias psicológicas como a Teoria Familiar Sistêmica, a Teoria da Aprendizagem Social, as teorias feministas, entre outras. A autora enfoca sua análise sobre o vínculo do casal, visando um estudo sobre o interjogo violento, onde as posições se alternam e a distribuição de poder circula operando um jogo de violência. Contudo, o texto destaca que a estrutura de gênero confere uma permanente posição de desigualdade impossível de ser revertida, que garante um desfecho desfavorável para as mulheres. A autora apresenta e discute questões de gênero criticamente, apontando, além disso, a importância de se considerar classe e raça. O artigo faz referência a outro trabalho da mesma autora, não encontrado nesta revisão de literatura, onde houve uma pesquisa de campo. Após a discussão de diversas teorias,

a autora constrói a própria hipótese de que o vínculo entre o casal circula sobre três pilares: intimidade, erotismo e violência.

Dias e Machado (2011) dividem a produção conceitual em blocos paradigmáticos ao apresentarem a variedade de perspectivas possíveis para compreender o enlace entre a violência e o amor romântico. Tecem breves comentários sobre as abordagens, sem assumir a postura de se identificar com qualquer uma delas. Assim, dividem as abordagens em: teorias evolucionistas/biológicas e desenvolvimentais; teorias estruturalistas; abordagens taxonômicas; perspectivas críticas e construcionistas culturais. As autoras também destacam algumas críticas às abordagens de gênero por utilizarem, segundo elas, o feminismo como uma leitura teórica quase exclusiva, considerando sempre os “efeitos perversos” dos construtos de gênero e sob a perspectiva da mulher. Assim, as autoras ressaltam que essa perspectiva, localizada entre as abordagens críticas e construcionistas sociais, possuem méritos. Mas, a despeito deles, apresentam algum reducionismo em sua leitura. Nesse sentido, considerou-se que o artigo tangencia tanto a crítica de gênero quanto a construção cultural dos afetos por considerar que essas abordagens existem e apresentá-las brevemente, mas sem fazer qualquer construção mais aprofundada sobre a temática.

Os dois artigos encontrados nesta terceira categoria propuseram um passeio epistemológico por diferentes formas de compreender o fenômeno. O primeiro artigo elege o tema da violência e privilegia um posicionamento entre os pontos apresentados, levando em consideração aspectos críticos. Já sobre o segundo artigo, identifica-se que ele mantém um distanciamento de posição e busca descrever as diferentes perspectivas incluindo a perspectiva da construção cultural dos afetos.

## CONCLUSÃO

O presente artigo teve por objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura sobre a subjetividade e a construção dos afetos em mulheres brasileiras que sofreram violência por parceiro íntimo, nas principais plataformas científicas nacionais.

Como primeira constatação, destaca-se que a promulgação da lei Maria da Penha não parece ter impactado fortemente sobre a produção de artigos específicos sobre a afetividade e constituição subjetiva das mulheres em relacionamentos íntimos violentos. Vale lembrar, contudo, que a nova lei 14.188, promulgada em 2021, acalorou os debates recentes ao visibilizar a temática e elencar a violência psicológica como crime passível de pena. Cabe pensar em estudos futuros que investiguem se essa nova lei exercerá algum impacto na produção acadêmica e científica sobre a violência cometida por parceiros íntimos. Vale lembrar ainda que a especificidade de mulheres lésbicas e bissexuais não apareceu em nenhum dos artigos selecionados.

Outro ponto que se destacou nesta revisão foi a carência de interpretações que abordem de forma crítica a perspectiva da construção cultural dos afetos e da subjetividade. Considerando o domínio quase exclusivo da psicologia sobre as pautas afetivas em saúde, percebeu-se uma dificuldade dos pesquisadores de incluir debates com outras áreas do conhecimento, que poderiam enriquecer o olhar sobre tal temática, como é o caso da antropologia. Uma psicologia que pouco conversa com os demais campos humanos tende a não politizar as emoções, trazendo leituras que desconsideram que o tornar-se homem ou tornar-se mulher ainda é marcado por amplos processos de assimetrias de lugares sociais e distribuição de poder.

No âmbito da área da psicologia, destacou-se que os artigos que se dedicaram a abordar a subjetividade segundo os critérios desta revisão foram majoritariamente oriundos do campo da psicanálise. Chama a atenção o fato de que a maior parte do material selecionado, sobretudo

o psicanalítico, parece considerar que a violência perpetrada contra a mulher é atrelada à sua própria agência e biografia pessoal. Sublinha-se aqui uma hiper ênfase no aspecto intrapsíquico que dialoga pouco, ou nada, com perspectivas culturais e de gênero.

Também se destacou em alguns dos artigos psicanalíticos e nos artigos cognitivos/diagnósticos a ideia de uma suposta neutralidade perante as pautas de gênero e a tentativa de construção de um discurso médico e asséptico, que ignora aspectos culturais.

De maneira geral, é importante construir uma abordagem integrada que esteja aberta a contribuições de outras áreas do conhecimento a fim de ponderar a singularidade da mulher que se escuta com a complexidade da cultura na qual ela se constituiu. Assim, compreende-se a necessidade de um caminho que não retire a mulher de cena transformando-a em uma categoria uniforme, mas também não localize o sofrimento apenas na individualidade, ignorando uma forma de adoecimento que se repete sistematicamente na cultura.

Como limitações desta revisão, é importante ressaltar alguns pontos. Primeiramente, foram usados descritores que podem não ter contemplado artigos da temática que utilizaram outras palavras-chave. Por fim, apesar da linha temporal inicial sem data, enfrentou-se o problema da não digitalização de certas produções científicas, sobretudo as mais antigas, fazendo com que elas não constassem nas plataformas pesquisadas ou em outras plataformas digitais.

## REFERÊNCIAS

- Brasil. (2021) Lei nº 14.188, Modificar a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e para criar o tipo penal de violência psicológica contra a mulher. Disponível em: [L14188 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2021/14188.htm)
- Convenção de Belém do Pará (1994). *A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher*. Brasil. Recuperado de <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>

- Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto de Pesquisas Datafolha (2019). *Visível e Invisível – A Vitimização de Mulheres no Brasil*. 2ª edição. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>
- Dias, A. R. C., & Machado, C. (2011). Amor e violência na intimidade: da essência à construção social. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 496-505.
- Dias, A. S. F., & Neves, A. S. (2014). A constituição do vínculo conjugal violento: estudo de caso. *Vínculo-Revista do NESME*, 11(1).
- Díaz-Benítez, M. E. (2019). O gênero da humilhação. Afetos, relações e complexos emocionais. *Horizontes Antropológicos*, 25, 51-78.
- Esteban, M. L. (2011). *Crítica del pensamiento amoroso. Temas contemporâneos*. Bellaterra.
- Ferreira, E. D. S., & Danziato, L. J. B. (2019). A violência psicológica na mulher sob a luz da psicanálise: um estudo de caso. *Cadernos de psicanálise (Rio de Janeiro)*, 41(40), 149-168.
- Gomes, I. C. (2005). Transmissão psíquica transgeracional e violência conjugal: um relato de caso. *Boletim de Psicologia*, 55(123), 177-188.
- Guimarães, F. L., Diniz, G. R. S., & Angelim, F. P. (2017). "Mas ele diz que me ama...": duplo-vínculo e nomeação da violência conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33.
- Harding, S. (2007). Gênero, democracia e filosofia da ciência. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 1(1).
- Le Breton, D. (2009). *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Vozes. (Original publicado em 1998).
- Levy, L., & Gomes, I. C. (2008). Relação conjugal, violência psicológica e complementaridade fusional. *Psicologia clínica*, 20, 163-172.
- Lima, G. Q., & Werlang, B. S. G. (2011). Mulheres que sofrem violência doméstica: contribuições da psicanálise. *Psicologia em Estudo*, 16(4), 511-520.
- Madalena, M., Falcke, D., & de Francisco Carvalho, L. (2015). Violência conjugal e funcionamentos patológicos da personalidade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 67(2), 122-139.

- Menin, F., Loureiro, L., & Moraes, N. M. (2007). A maldição de Eva: a face feminina da violência contra a mulher. *Psicologia Revista*, 16(1/2), 51-71.
- Miranda, I. (2016). “*Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher?*”: Uma análise das políticas criminais de violência doméstica sob a perspectiva da criminologia crítica e feminista. *Lumen Juris*.
- Moura, M. A. V., & Oliveira, P. R. F. (2000). A percepção das mulheres vítimas de lesão corporal dolosa. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, 4(2), 257-267.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. *Psico*, 37(1), 8.
- Oliveira, C. A., Carissimi, A., & de Oliveira, E. D. L. (2010). “O amor que tu me tinhas era vidro e se quebrou”: análise dos aspectos psicológicos e da autoimagem de mulheres vitimizadas. *Contextos clínicos*, 3(1), 10-17.
- Organização Mundial da Saúde. (2005). WHO multi-country study on women’s health and domestic violence against women: initial results on prevalence, health outcomes, and women’s responses. Recuperado de:  
[http://www.who.int/gender/violence/who\\_multicountry\\_study/summary\\_report/summary\\_report\\_English2.pdf](http://www.who.int/gender/violence/who_multicountry_study/summary_report/summary_report_English2.pdf)
- Paim, K., Madalena, M., & Falcke, D. (2012). Esquemas iniciais desadaptativos na violência conjugal. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 8(1), 31-39.
- Pedrosa, M., & Zanello, V. (2017). (In) visibilidade da violência contra as mulheres na saúde mental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32.
- Ramão, S. R., Meneghel, S. N., & Oliveira, C. (2005). Nos caminhos de Iansã: cartografando a subjetividade de mulheres em situação de violência de gênero. *Psicologia & Sociedade*, 17, 79-87.
- Santos, T. P. (2011). O lugar do desejo feminino frente à violência. *Reverso*, 33(62), 85-91..
- Silva, L. L. D., Coelho, E. B. S., & Caponi, S. N. C. D. (2007). Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 11, 93-103.

- Smigay, K. E. V. (2001). Abordagens possíveis de relações conjugais violentas: o viés de gênero dentro da psicologia. *Interações estud. pesqui. psicol*, 11-28.
- Torossian, M. S., Heleno, M. G. V., & Vizzotto, M. M. (2009). Relacionamento conjugal e o fenômeno da violência doméstica: Um estudo de caso. *Mudanças-Psicologia da Saúde*, 17(1), 12-16.
- Vigário, C. B., & Pereira, F. C. P. (2014). Violência contra a mulher: análise da identidade de mulheres que sofrem violência doméstica. *Revista de Psicologia*, 5(2), 153-172.
- Waiselfisz, J. J. (2015). Mapa da Violência: Mortes Matadas por Arma de Fogo. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf> . Acesso em 6 agosto de 2021.
- Walker, L. E. A. (2012). *El síndrome de la mujer maltratada*. Bilbao: Desclee de Brouwer.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Appris.

## ARTIGO 2

### ***“De amar muito mesmo, eu tava sem lugar pra mim”*: Afetos, subjetividade e dispositivos de gênero em mulheres que sofreram violência física por parceiro íntimo**

#### **Resumo**

Partindo de uma perspectiva crítica que considera as emoções e os caminhos de subjetivação como socialmente implicados, o presente artigo teve por objetivo investigar os sentimentos, afetos e emoções vivenciados por mulheres que sofreram violência física em relacionamento íntimo, como eles se configuram e se manifestam na inserção, manutenção e saída de um relacionamento violento heterossexual. Foi realizado um estudo de casos múltiplos, Para tanto, foram realizadas entrevistas com cinco mulheres. O material foi transcrito e analisado por duas pesquisadoras, primeiramente de forma separada. Depois, em conjunto, buscando suas singularidades e semelhanças, levando-se em conta uma análise por meio dos dispositivos de gênero (Zanello, 2018). Na discussão desenvolvida neste artigo, foram abordadas observações sobre os seguintes temas: 1) Satisfação narcísica de ser escolhida, ser especial); 2) Formas de violência; 3) Afetos Mobilizados; 4) “O amor da minha vida”: idealização do amor romântico; 5) Importância da entrada do “terceiro” na ruptura do ciclo; 6) Descentramento do amor romântico e suporte do Estado: possíveis vias de saída.

**Palavras-chave:** Violência contra a mulher; afetos; subjetividade dispositivos de gênero; amor romântico.

O amor romântico, por tantas vezes idealizado em nossa cultura, é fruto de uma construção social. No Brasil, o amor passou por séculos de uma história de adestramento dos afetos e da sexualidade, pelas mãos do Estado e da Igreja, os quais objetivaram tornar as relações entre os sexos mais próximas daquilo que seria o ideal para uma sociedade católica (Del Priori, 2019). Silvio Almeida, no prefácio do livro de Shuckman (2018), aponta o quanto o discurso sobre um amor “puro” e que “a tudo supera” encobre o fato de que os laços afetivos são formados e mantidos no interior de um mundo hierarquizado, violento e profundamente desigual. Longe de uma idealização, o amor romântico é permeado de ambiguidades e linhas de poder socialmente estabelecidas que exercem efeitos distintos sobre a subjetividade de homens e mulheres.

A violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo é uma das expressões mais nefastas desta desigualdade. Segundo o DataSenado (2019), 27% das mulheres declararam ter sofrido violência doméstica provocada por um homem, dos quais 78% eram parceiros ou ex parceiros. A pesquisa mostra, no entanto, que ao apresentar situações violentas para as mulheres e perguntar se elas vivenciaram algo semelhante, o percentual sobe de 27 para 36%, reforçando a dificuldade de compreender a violência no relacionamento íntimo como tal. Apenas 32% das mulheres vitimadas chegaram a fazer uma denúncia. Quando o assunto é violência psicológica, sexual ou moral, torna-se ainda mais difícil de estimar a quantidade de mulheres vitimadas, visto que há uma dificuldade das próprias em identificar e nomear a violência que sofrem (Silva, Coelho, & Caponi, 2007; Wolf, 2018; Queiroz & Cunha, 2018). Ramos e Dourado (2009) indicam que o caráter privado desses crimes produz, como desdobramento, a manutenção das agressões, pela criação de um ‘segredo’, e a aceitação social de que neste tipo de relação não se pode intervir – duas consequências que, portanto, se retroalimentam. Logo, a violência doméstica precisa ser abordada considerando sua repercussão na comunidade bem como seu impacto no âmbito de cunho mais íntimo, como é o caso do campo das afetividades. O corpo e

os afetos estão articulados intimamente com as formas de sociabilidade e do ambiente que limitam suas autonomias individuais (Le Breton, 2019). Em seus estudos, Le Breton (2019) enuncia como a socialização e a cultura influenciam a forma de manifestar, sentir e identificar as emoções. Nesse sentido, o autor constrói uma perspectiva crítica para a compreensão das configurações afetivas que, segundo suas colocações, não se dão de maneira espontânea, puramente intrapsíquica e desgarradas da cultura, mas simbolizam o clima moral que permeia e constitui o indivíduo e suas relações. Assim, a construção do campo afetivo se localiza em meio a processos históricos e sociais, o que significa que culturas ou posições sociais distintas convocam o campo das emocionalidades de formas desiguais, criando diferentes caminhos de subjetivação dos afetos.

Nesse sentido, gênero se coloca como uma categoria de análise que representa valores sociais construídos a partir de uma diferença biológica que foi moral e materialmente transformada em desigualdade (Laqueur, 2001). Considera-se gênero como uma repetição estilizada de performances (Butler, 1986) que, em culturas sexistas, pode ser profundamente marcada pelo binarismo de tornar-se homem e de tornar-se mulher. Porém, além dos scripts para as performances, há os scripts gendrados para as emoções, os quais interpelam não apenas formas de sentir, mas suprimem também outras possibilidades de afetos, caracterizando gênero também como vias de configurações emocionais distintas (Zanello, 2018). Assim, um estudo crítico dos afetos deve abarcar as experiências individuais, sejam elas conscientes ou inconscientes, em seu arranjo disponibilizado pela cultura, por meio de pedagogias afetivas (Zanello, 2018), mediadas por tecnologias de gênero (Lauretis, 1984). Isto é, formas específicas interpeladas e ensinadas de como sentir e como se portar diante de certas emoções (Le Breton, 2019).

Zanello (2018) postula que, no Brasil, os caminhos privilegiados de subjetivação são marcados por dois dispositivos de gênero: dispositivo da eficácia para os homens; e os dispositivos

materno e amoroso para as mulheres. Os dispositivos consistem em redes de múltiplos elementos, práticas e mecanismos culturais e sociais que, além de implicarem em relações de saber e de poder, também produzem processos de subjetivação, isto é, formas de produzir sujeitos e suas subjetividades (Foucault, 1996; Zanello, 2018). Para este trabalho serão evidenciados os dispositivos femininos, sobretudo o dispositivo amoroso, ferramenta fundamental para a compreensão da persistência das mulheres em relacionamentos abusivos.

Segundo Zanello (2018), o dispositivo amoroso estabelece a aprendizagem de uma forma específica de amar que é identitária para as mulheres, uma vez que elas se subjetivam na relação consigo mesmas “mediadas pelo olhar de um homem que as escolha” (p.84). Assim, o valor identitário de ser mulher no Brasil é legitimado pela capacidade de ser escolhida e se manter escolhida por um homem. Tal capacidade, por sua vez, é mediada pelo ideal estético que impõe padrões rigorosos aos corpos das mulheres, geram competição entre elas e o preterimento afetivo de certas mulheres que não possuem um lugar privilegiado na acirrada “prateleira do amor”.

O gosto, enquanto um constructo social e histórico, é influenciado pelas relações de poder e de opressões (Shuckman, 2018), o que acarreta na exclusão de mulheres envelhecidas, gordas e, sobretudo, racializadas, já que o ideal estético é racista, o que gera impactos diferentes em mulheres de distintas interseccionalidades. (Pacheco, 2008; Zanello, 2018) Para as mulheres negras, há um impacto sobre a forma de amar e de receber amor (Hooks, 2010) que no campo do amor romântico se traduz, muitas vezes, em um preterimento afetivo que ficou conhecido como solidão da mulher negra, visto que são as pretas e pardas aquelas que tem menores chances de encontrar um parceiro (Pacheco, 2008).

Mesmo que diferentes lugares na prateleira proporcionem diferentes possibilidades de satisfação narcísica/identitária, para as mulheres, a necessidade de uma chancela masculina vulnerabiliza a autoestima e a legitimação da mulher enquanto tal e coloca sobre ela uma alta

carga de responsabilidade a respeito da continuidade das relações. Nesse sentido, o dispositivo amoroso se destaca como uma das principais formas de desempoderamento das mulheres em nossa cultura (Zanello, 2018).

O dispositivo materno, por sua vez, aponta para a naturalização da capacidade de cuidar atribuída às mulheres. O trabalho de cuidar do outro e gerir o ambiente doméstico recebeu uma “capa afetiva” para transformar-se em “espontaneidade” (Zanello, 2018, p.150), interpelando as mulheres para que estejam sempre a serviço dos outros e, assim, demandando sua habilidade supostamente “natural”, sem necessidade de remuneração por isso (Federici, 2019). Vale ressaltar que essa naturalização do cuidado feminino gera uma sobrecarga e não se limita somente à maternidade, mas ao cuidado e dedicação aos outros de maneira geral. Trata-se da pedagogia do “hetero-centramento” (Zanello, 2018), processo de aprendizagem afetiva no qual as mulheres aprendem a priorizar as demandas, necessidades e desejos dos outros, em detrimento dos próprios.

Os dispositivos, enquanto ligados a um valor identitário, vinculam-se ao narcisismo dos sujeitos, homens e mulheres. O conceito de narcisismo, palavra muito em voga nos dias de hoje, mas frequentemente usada de maneira pejorativa, se distanciou no senso comum do conceito fundamental e complexo formulado por Freud. Narcisismo não consiste em uma falha de caráter ou um tipo de personalidade adoecida ou má. Ele é parte constituinte da subjetividade e acompanha o sujeito por toda vida, sendo possível que se desloque, se associe e se decomponha, mas estando sempre presente (Migueluez, 2015). Para Freud (1910), o narcisismo surge entre o autoerotismo e o amor objetal, quando o pequeno sujeito toma a si próprio como objeto de amor. Trata-se, portanto de um elemento fundamental para o surgimento do “eu” enquanto unidade, que faz função primordial durante a vida de cada sujeito e não é por si só um defeito moral ou patologia. Nesse sentido, é possível pensar que o narcisismo se realiza por via dos

dispositivos de gênero, os quais podem intermediar a maneira como o sujeito se vê e se satisfaz no mundo, ancorando as questões narcísicas de forma também gendrada (Zanello, 2018).

Face às discussões apresentadas acima, destaca-se a urgência da compreensão acerca das vivências e emocionalidades das mulheres que persistem em relações heterossexuais abusivas e violentas. Nessa perspectiva, considerando os conceitos abordados e as possíveis articulações entre eles, este trabalho teve por objetivo investigar os sentimentos, afetos e emoções vivenciados por mulheres que sofreram violência em relacionamento íntimo e como eles se configuram e se manifestam na inserção, manutenção e saída de um relacionamento violento heterossexual. Iremos, ainda, explorar por quais vias os dispositivos amoroso e materno se fazem presentes no discurso delas e como atravessam as emocionalidades citadas.

## **MÉTODO**

Este é um estudo de casos múltiplos, no qual foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas, em modo online, em função do isolamento social durante a pandemia de Covid19. As participantes são brasileiras, naturais e residentes de diferentes estados do país. Para garantir sua segurança na entrevista online, as selecionadas apenas as participantes que não estavam mais no relacionamento violento. As idades das entrevistadas variaram entre 24 e 55 anos de idade no momento da entrevista. Os relacionamentos violentos ocorreram quando as mulheres contavam entre 17 e 26 anos, sendo o primeiro ou segundo namorado que tiveram.

A convocação para as entrevistas se deu por meio da divulgação online de um questionário destinado a mulheres que já tinham passado por um relacionamento com violência física. O questionário continha uma breve descrição da pesquisa e contava com perguntas simples e fechadas sobre o relacionamento violento que viveram, um perfil sociodemográfico e um espaço vazio, com a opção de deixar o e-mail, caso houvesse disponibilidade para

participar de uma entrevista online. Ao final da pesquisa, havia também o contato de uma das pesquisadoras caso as respondentes desejassem falar conosco. As mulheres responderam de forma anônima.

À medida que as mulheres se candidatavam para a entrevista, o contato era realizado uma única vez para a marcação de horário. As entrevistas só foram marcadas quando a mulher se prontificou a participar e ofereceu um horário de imediato, sem qualquer insistência ou necessidade de segundo contato.

Os questionários daquelas que se prontificaram foram separados com base na frequência com que as violências físicas ocorreram e o momento de saída da relação: 1) Mulheres que tiveram um único relacionamento violento e terminaram a relação após a o primeiro episódio de violência física 2) Mulheres que tiveram dois relacionamentos violentos sendo, ao menos um deles, com um episódio de violência física 3) Mulheres que viveram um relacionamento em que os episódios de violência física ocorriam com regularidade. A razão para este recorte foi observar se havia diferenças, e como elas se davam, no que se refere aos afetos e processos subjetivos implicados em cada dinâmica de relação. Dentro de cada categoria, as mulheres foram contactadas aos poucos, até que fosse possível combinar uma entrevista com duas mulheres de cada grupo.

Foram entrevistadas sete mulheres. No entanto, ao longo das entrevistas, algumas mulheres mudaram de categoria (por trazerem elementos novos em suas falas), resultando nas 5 entrevistadas para este artigo. As outras duas relataram não ter sofrido violência física e suas entrevistas foram reservadas para um trabalho posterior.

Importante colocar que a categoria 1, que inicialmente teve cinco candidatas (das quais 3 desistiram da entrevista e uma foi entrevistada, mas relatou que não houve violência física) contou com uma única mulher, não sendo possível completar a estimativa inicial de duas entrevistas dentro deste grupo. Contudo, o material coletado foi considerado relevante para a

pesquisa. Vale ressaltar que apenas 13% das mulheres que responderam o questionário terminaram definitivamente o relacionamento violento após o primeiro episódio de agressão física, enquanto 61,4% das respondentes mantiveram-se na relação; 18,4% romperam a relação e reataram pouco depois; 3,8% modificaram a forma de se relacionar (por exemplo, romperam o namoro, mas mantiveram relações casuais); e 3,4% já haviam rompido no momento da agressão. Isso indica que, entre as respondentes, o fator violência física parece não ter sido determinante para romper a relação na maioria dos casos.

As entrevistas foram realizadas por uma das pesquisadoras, por meio de chamadas de vídeo, em que só o áudio foi gravado. No momento inicial da chamada, junto ao estabelecimento do *rappport*, foram feitos esclarecimentos sobre a pesquisa. Para começar a gravação, foi oferecida a opção de desligar a câmera, caso a entrevistada preferisse. O tempo das entrevistas durou entre uma hora e meia e duas horas. A pergunta disparadora foi “Conte-me um pouco sobre você e sobre suas relações”. No decorrer da entrevista, também foram usadas intervenções como “Fale um pouco mais sobre isso”, “Pode me dar um exemplo?” “Como você se sentiu?”.

As entrevistas foram transcritas integralmente. Duas pesquisadoras leram separadamente o material e levantaram aspectos relevantes, a partir dos estudos feministas e da perspectiva do gendramento das emoções (Zanello, 2018). Depois se encontraram para comparar e discutir os casos estudados. Assim, foram elencados os principais pontos de cada caso e as temáticas comuns que atravessavam todos eles, os quais serão aqui apresentados. A partir da transcrição, foi realizada também a construção de um texto sobre a história de cada uma das entrevistadas, bem como a seleção de suas principais falas, a fim de organizar e revisar o estudo de cada caso. A seguir, apontamos um quadro resumo de cada entrevistada. Os nomes das participantes foram trocados por nomes femininos aleatórios dentre aqueles que constam entre nomes mais comuns para mulheres no Brasil.

<b>Vanessa</b>	<b>Parda, um relacionamento violento com um único episódio de agressão, denunciou a violência física.</b> - Aos 21 anos, foi morar nos EUA com o noivo. Ele deu um tapa em seu rosto, ela chamou a polícia imediatamente. A polícia e a justiça dos EUA agiram rápido em sua proteção.
<b>Júlia</b>	<b>Parda, dois relacionamentos violentos, filhos com o agressor, denunciou a violência física.</b> - Teve um curto relacionamento com violência sexual aos 17 anos. Mudou-se de cidade sozinha para fazer a faculdade e conheceu o segundo namorado. Sofreu violência sexual algumas vezes durante o relacionamento de dois anos e teve dois filhos com ele. O denunciou à polícia depois de sofrer violência física e ficar em cárcere privado durante a segunda gravidez.
<b>Paula</b>	<b>Parda, dois relacionamentos violentos, filhos com o agressor</b> – Terminou com o primeiro namorado após receber um tapa no rosto aos 18 anos. Passado 1 ano, reataram sob a condição de que ele nunca mais iria agredi-la, e foram morar juntos. Ele não voltou a agredi-la, mas se mutilava e ameaçava suicídio na frente dela. Tiveram 2 filhos e, quando Paula tinha 26 anos, ele de fato se suicidou. O segundo relacionamento, com quem também teve duas filhas, terminou após um episódio de agressão durante a gravidez. Ele nunca pagou qualquer conta ou pensão para as filhas.
<b>Camila</b>	<b>Branca, um relacionamento violento com agressões físicas recorrentes</b> – Conheceu seu primeiro namorado na época da graduação, ele era ciumento. Seus pais se mudaram de estado e ela permaneceu sozinha. A violência psicológica escalou para física e o relacionamento se manteve por cerca de 3 anos e meio, até que Camila rompeu com ele, durante um intercâmbio.
<b>Raquel</b>	<b>Parda, um relacionamento violento com agressões físicas recorrentes</b> – Em uma nova cidade, sozinha e passando por problemas familiares, ela conheceu o ex namorado com quem se relacionou por um ano. A violência escalou rapidamente depois que ela desistiu de fazer uma denúncia.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os relatos das mulheres evidenciaram aspectos importantes sobre os afetos, emocionalidades e mecanismos subjetivos atuantes nas relações violentas. Os temas elencados na análise dos casos foram: 1) Satisfação narcísica de ser escolhida, ser especial); 2) Formas de violência; 3) Afetos Mobilizados; 4) “O amor da minha vida”: idealização do amor romântico; 5) Importância da entrada do “terceiro” na ruptura do ciclo; 6) Descentramento do amor romântico e suporte do Estado: possíveis vias de saída.

### 1) Satisfação narcísica de ser escolhida, ser especial.

Em todos os casos, identificou-se o funcionamento do dispositivo amoroso na configuração de uma satisfação narcísica decorrente de ser escolhida. Ser “eleita”, enquanto

parte fundamental da chancela de se reconhecer como mulher dentro da nossa cultura, permeou profundamente todos os casos, seja na entrada, na manutenção desse relacionamento ou mesmo na dificuldade em elaborar seu fim.

Camila relatou que o medo do abandono era uma questão delicada para ela e que não sentia essa ameaça com o ex namorado em questão: *“isso é certeza que ele não ia me abandonar porque ele é louco por mim. Louco em todos os sentidos, sentido de me achar maravilhosa, a mulher mais deusa da vida dele, e louco de fazer loucuras mesmo, e você perguntar sobre a sanidade mental dessa pessoa”*. A loucura e a violência de persistir e fazer *stalking* são interpretadas, por parte das mulheres, como prova de amor: ser essencial e insubstituível para ele em todos os sentidos. É importante destacar que essa interpretação é produzida e reproduzida por potentes tecnologias de gênero, muito populares na cultura brasileira, como as músicas, filmes e novelas (Gama & Zanella, 2019). Quando Camila diz *“ele é louco”* e usa o complemento *“por mim”* o que se evidencia é um giro interpretativo, em que ser “louco por ela” passa a depor não sobre a loucura dele, mas sobre o que ela é capaz de causar neste homem.

Sentir-se de alguma maneira especial, importante ou insubstituível, aparece como ponto comum às falas de todas as entrevistadas. O efeito disso parece estar no âmago da entrada e da dificuldade de sair das relações violentas. Camila exemplifica: *“Eu me sentia drogada. Eu fico imaginando assim alguém viciado em pó, que sabe que tá ruim, sabe que não é bom, sabe que tem um custo altíssimo pra sua cabeça, pro seu corpo, pra sua família, pra suas amizades, mas não consegue parar de cheirar”*. Partindo dessa metáfora, o que faz Camila tornar-se dependente dessa *“droga”* remete ao efeito psicodinâmico que ela é capaz de causar. A dependência afetiva criada pelo adoecimento no dispositivo amoroso não se trata apenas de estar com um homem, ou do amor que se tem por ele. Relaciona-se ao efeito psicodinâmico que o se sentir escolhida, de forma insubstituível por este homem, causa nesta mulher.

Assim como na metáfora de Camila, ser única e especial tem um efeito de inebriação do narcisismo dessas mulheres, o que gera uma sensação de satisfação e completude para a qual sempre se tenta retornar. Evidentemente, existem jogos de manipulação em questão, mas tais jogos só funcionam porque as mulheres são capturadas por certas vias de validação identitária, as quais trabalharemos em seguida.

### **1.1 A “musa”**

A beleza física, enquanto forma prioritária de valoração das mulheres, apareceu como uma dessas possibilidades de satisfação narcísica. De forma muito frequente, os relatos das mulheres passaram por esse lugar de serem reconhecidas como beldades a partir do olhar dos homens.

Camila contou acerca do namorado: *“Ele me exaltava muito. Eu me sentia a mulher mais linda do mundo, (...) ele me tratava como uma princesa, e nunca mais ninguém me tratou assim”*. Sentimento semelhante ocorreu com Paula: *“ele me fazia eu me sentir a mulher mais linda do mundo, mais querida, mais atraente, mais amada e tal, então eu me sentia muito assim com ele”*. Ser escolhida e ser chancelada em sua beleza é um elemento central do dispositivo amoroso. Embora sejam exaltados e colocados em um pedestal por suas companheiras, lucrando com isso em termos de autoimagem e autoestima, é raro encontrar um homem com uma fala saudosa dizendo: *“Minha ex fazia eu me sentir o homem mais lindo e mais amado do mundo”*. Não é que as mulheres nunca façam com que os homens se sintam amados e bonitos, elas o fazem o tempo todo. A questão é que a chancela por via da beleza é fortemente feminina. Ela não se enquadra como um ponto que ancora o narcisismo masculino da mesma forma como acontece com as mulheres. Aos ouvidos dos homens, a exaltação de sua beleza física pode até ser importante, mas não é estrutural e não se destaca como motivo relevante para eleger, permanecer com uma mulher ou sentir falta dela. Para as mulheres, por outro lado, o que se aprende é que só se é desejável se há um homem a desejando (Zanello, 2018), acarretando em

uma terceirização da autoestima da mulher, que necessita dessa passagem pela aprovação masculina para ser reconhecida.

Em um sentido próximo, Vanessa também comentou: “*como ele era artista, ele pintava, então ele fazia quadros, fotografias, eu me sentia meio **musa**... né, dele, assim. Então pegou, assim, num lugar, numa fragilidade, eu acho, talvez. Eu não me sentia bonita, eu não me achava bonita, até conhecer ele, e aí ele começar a me pintar e etc. Eu acho, passei assim, nossa, né, a ver uma certa beleza em mim... né.*”. No caso de Vanessa, a questão racial também marcou a experiência. “*Eu era a típica baianinha, né. Moreninha, do cabelo cacheado, magrinha e tal. Eu acho que eu era blended, digamos assim, eu me misturava...né, e aí eu não via uma coisa...assim...diferente. Eu achava bonita a minha amiga que era bem branquinha, com sardas e tinha o olho verde, que ficava diferente, né, essa que eu queria apresentar a ele, que era loiro [risada], de olho azul e tal.*”. Vale ressaltar que Vanessa gostou do rapaz logo de início, mas nem chegou a se cogitar enquanto possibilidade para um homem branco, loiro e estrangeiro, pensou que ele combinaria com a amiga, exemplo do racismo introjetado. No padrão de beleza hegemônico, ou na dita “prateleira do amor”, uma mulher negra costuma ocupar uma posição de preterimento amoroso (Zanello, 2018; Pacheco, 2008). Para uma mulher com menos possibilidades de ser eleita dentro deste padrão, ser escolhida por um homem disputado, com um diferencial físico dentro de um capital matrimonial racista significa uma alta chancela de Vanessa em sua mulheridade e afirmação de sua beleza, o que de fato, como ela mesma pontuou, “*pegou em uma fragilidade*”. Quanto menos atributos ditados pelo rígido padrão de beleza uma mulher tem, mais vulnerável afetivamente ela tende a ficar nesse sentido, como alguém que “tirou a sorte grande”.

### **1.2 A “bengala emocional”**

O reconhecimento da beleza, no entanto, não se mostrou a única forma pela qual as mulheres se sentiam únicas e especiais. Essa satisfação apareceu também convocada por uma

junção do dispositivo materno ao amoroso, em que a mulher era concebida como a única que entendia o companheiro, a única que dava conta dele, a única com quem ele se sentia à vontade e para quem ele confidenciou uma grande dor. Ser depositária de algo que o homem disse nunca ter confiado a ninguém parece exercer aqui um efeito que toca o narcisismo das mulheres. O segredo mostra que ela é única e especial, capturando por vias do dispositivo amoroso. Diante de tal captura, as mulheres tendem a responder com afetos ligados ao dispositivo materno, no sentido de cuidar desses homens. Elas se sensibilizam fortemente com o sofrimento dos parceiros. Há, muitas vezes, uma hipercompreensão das dores masculinas, um “entendimento” daquele homem que raramente despende o mesmo tempo, energia e empatia em relação às dores delas.

Da mesma forma, ver o namorado como vítima ou detentor de traumas e transtornos, tampona os erros que ele comete e justifica sua agressividade. Cunha (2008) revela que tanto as características positivas quanto as negativas do homem violento colocam obstáculos para que as mulheres busquem o rompimento da relação violenta. Ao mesmo tempo, a capacidade de perdoar, de compreender e de suportar as adversidades do relacionamento são reafirmadas como qualidades da vítima (Cunha 2008)

Não raras vezes, é a partir da confissão de uma dor masculina que as mulheres passam a decidir pela vida deles e não pela delas. Júlia se sensibilizava com os relatos da infância do companheiro e da relação complicada que ele tinha com a mãe, assumindo, predominantemente, uma postura de escuta e acolhimento. Ela contou que, às vezes, cuidava do rapaz como um filho devido à falta de uma figura materna para ele: *“não sei porque eu senti essa necessidade de cuidar, de ser importante pra alguém.”*

Raquel, por sua vez, ficou sensibilizada quando o namorado contou a ela que havia sofrido abuso sexual na infância: *“Ele dizia que não tinha falado com ninguém sobre isso”*. Ela então não estranhou os gritos e a agressividade do rapaz quando isso começou a surgir,

interpretando a instabilidade emocional como fruto de traumas. No caso de Raquel, ela foi convocada a compreender os sofrimentos do rapaz sobre sua vivência racial e de classe, por ele ser de família pobre e retinta. Tanto o lugar que o namorado a colocava “de patricinha branca privilegiada”, quanto como o telefonema realizado pela sogra quando Raquel estava a caminho da delegacia, a convocavam a fazer uma cumplicidade racial com ele e não o denunciar, lugar comum esperado de mulheres negras (Zanello, inédito): *“e a mãe dele falou ‘meu filho é preto e meu filho é pobre, segundo as estatísticas já era para estar na cadeia há muito tempo, mas ele conseguiu entrar na universidade, por favor, não estraga isso para ele’. E aí ela usou essas questões que são muito importantes para mim para me desencorajar né a denunciar, como se eu tivesse alguma culpa, e como se eu que decidisse o destino dele”*.

Depois desse pedido, Raquel desistiu de denunciar e se acostumou com as agressões que passaram, a partir dali, a serem recorrentes. Importante lembrar que a sensibilização de Raquel pela questão racial dificilmente surtiria o mesmo efeito se ela não fosse também uma mulher negra de pele mais clara que a do namorado. Contudo, mesmo aceitando a cumplicidade, ela é desautorizada por ele em sua negritude, ainda que sua vivência também passe por um lugar social de racialização e de exclusão.

*“Eu sinto muito que eu era uma bengala assim emocional para ele, sabe? Que ele contava todas as coisas dele, que eu tinha que tá aqui. Sempre disponível para ouvir as coisas dele”* (Raquel). Ser a “bengala emocional” de alguém é certamente um lugar de muito peso, mas também há um “ganho” narcísico: sem a bengala, o outro não anda, ou seja, assume-se um lugar ímpar e supostamente essencial para o outro. As aspas em “ganho” se dão porque trata-se de uma maneira adoecida de estar com o outro, em que há um apego a certa fantasia de ser onipotente e não um ganho de fato. Uma bengala não é um sujeito, é um objeto.

Em casos como os de Raquel e Júlia não há uma exaltação direta da imagem dessas mulheres como beldades, mas há uma alimentação de seu narcisismo como a **única** a ter acesso

a uma fragilidade do namorado. Além disso, dar um fim em um relacionamento com um homem que sofre, que é também uma vítima, pode ser moralmente condenável. Que tipo de mulher é essa que tem coragem de abandonar um homem que sofre em um momento que ele *precisa*? Ressaltamos aqui que, na pergunta exemplificadora, o ‘precisa’ exerce efeito tanto no sentido de que o sofredor precise de ajuda, mas também pela exaltação de que ele precisa *dela*. Comumente, as mulheres precisam ser precisadas (Zanello, 2007), esse é o jeito oferecido a elas de se sentirem importantes.

Assim, junto a certa manipulação masculina, soma-se um mecanismo de defesa das mulheres, ao considerar o parceiro como vítima, e se colocar como a pessoa que vai dar conta: se esta mulher assume que o namorado não é uma vítima de certas circunstâncias e o considera apenas um agressor, é algo dela que entra em xeque: o que em mim não consegue romper com essa relação? O possível motor de mudança que tal pergunta geraria, no entanto, fica bloqueado pelo encaixe da demanda masculina (de ser um coitado/cuidado) com os afetos gerados dentro do dispositivo materno que leva as mulheres a darem o melhor de si na relação ao invés de simplesmente irem embora.

### **1.3) A Bela e a Fera**

A estrutura “homem traumatizado, problemático ou psicologicamente adoecido com uma mulher que pretende compreendê-lo, ajudá-lo ou salvá-lo” repetiu-se em todos os casos de alguma forma. Nesse sentido, o investimento narcísico das mulheres, aquelas que toparam a tarefa impossível de curá-lo e transformá-lo, parece, como já citado, capturado pelas vias do dispositivo amoroso. Como na proposta da história “A bela e a fera”, o desabafo sobre os traumas, doenças mentais e sofrimentos ativa nas mulheres a fantasia de que sua paciência e amor seriam capazes de transformar a fera em príncipe. “*Eu sentia que pelo menos ele podia desabafar comigo, sabe? Sobre essas coisas, eu pensava que eu tinha que aguentar e que algum momento as coisas iriam melhorar e que ele iria melhorar, o que também era uma coisa que*

*ele me prometia constantemente, sabe? Que ia melhorar, que ele se abria comigo e que eu devia ficar feliz porque ele se abria comigo, então eu me sentia meio que res... Não responsável assim pelo bem-estar dele...mas eu senti o que eu ahnn... Podia ajudar ele a resolver essas questões”* (Raquel).

Várias delas acreditaram que se implicando ativamente, elas seriam “a pessoa” capaz de cuidar daquela situação, que seu empenho e afeto seriam a cura para o adoecimento dos parceiros. A dedicação em transformar o namorado, muitas vezes, se deu por meio de uma grande disponibilidade para ouv-lo e lidar com as questões dele, como colocou Raquel. Paula, que ressaltou diversas vezes a qualidade do diálogo que existia entre os dois, conta que quando o companheiro estava aflito *“tinha que ficar ouvindo e também ficar calada, porque se não qualquer coisa que eu falava virava contra mim”*. Fica a dúvida sobre o diálogo que se colocava em tal relação. É certo que relações que se ancoram em eixos, como os abordados aqui, tendem a ser intensas, mas chama a atenção que Paula elogie a profundidade dos diálogos que tinha com o ex e, ao descrever e exemplificar as conversas, tenha destacado esses momentos em que o diálogo revela uma Paula que precisava “pisar em ovos”.

Essa dinâmica que aqui chamamos de “a bela e a fera”, na maior parte das vezes, parece culminar em uma hiperresponsabilização feminina e uma desresponsabilização masculina (Guimarães & Zanello, submetido; Valadares, & Zanello, prelo), que balizam o surgimento de dois afetos mais citados pelas mulheres entrevistadas, sobre os quais falaremos adiante: a culpa e a vergonha.

## **2) Formas de violência**

Ao longo das entrevistas as mulheres relataram vulnerabilidades pré-existentes. Camila afirmou que sempre teve um problema com o “ser abandonada” e apontou que seu pai praticava violência psicológica contra sua mãe. Já Raquel e Vanessa sinalizaram episódios que impactaram em sua autoimagem/autoestima, de maneira atravessada pelo racismo. Dentro de

um ideal de feminilidade hegemonicamente branco, magro e de uma performance feminina delicada, Raquel relatou a vivência de dores raciais, além de um rechaço de seu corpo e de suas roupas largas e “pouco femininas”. Os episódios racistas vividos por ela, sobretudo na escola, meio majoritariamente branco, atingiram-na diretamente, mesmo que não fosse capaz de nomear a violência que sofria naquele tempo: *“hoje que eu vejo...acabava muito a minha autoconfiança”*. Experiências de racismo cotidiano e preterimento têm impacto sobre a subjetividade e são fatores vulnerabilizantes para pessoas negras, especialmente para as mulheres (Kilomba, 2019; Gonzalez, 2020; Carneiro, 2015)

Junto às vulnerabilidades singulares de cada mulher, como problemas de autoestima, solidão, medo do abandono, foram analisados alguns meios de manipulação dos afetos das mulheres utilizados pelo parceiro. A culpabilização foi a principal forma de manipulação, presente em todos os casos. Ela se dava por uma desresponsabilização masculina e seus efeitos serão discutidos mais adiante.

A desqualificação e humilhação das mulheres, por sua vez, foram mecanismos presentes mais fortemente nos casos de violência física recorrente. Nessas circunstâncias, mesmo no caso de uma mulher com mais vantagens sociais, como Raquel, a pele mais clara e a condição financeira mais confortável que a do namorado se tornaram argumentos para que, dentro daquela relação, ela fosse desacreditada de sua própria dor e desqualificada enquanto pessoa. Camila também ouvia humilhações do namorado: *“do tanto que ele me disse que eu era um nada, que eu era uma inútil, eu acho que eu realmente virei isso, porque eu não conseguia fazer nada por mim sabe”*. A humilhação se faz presente como constructo de gênero que gera imobilização (Díaz-Benítez, 2019). Assim, ao criticar e reduzir mulheres que já estão fragilizadas e capturadas pelos dispositivos de gênero, o efeito é a produção de uma miragem de que esse homem já faz muito estando com ela, como se a mulher devesse ficar grata por ele aguentá-la.

Nos casos de Vanessa e do primeiro relacionamento de Paula, houve apenas um episódio de violência física, ao qual elas colocaram um limite antes de reatarem o namoro, sob a condição de que essa violência jamais se repetisse. Nenhuma das duas voltou a viver uma violência física com estes parceiros. No entanto, nos dois casos houve uma transição de uma violência dirigida a elas de maneira direta para uma violência autodirigida dos homens que recrutava o olhar dessas mulheres como testemunha e horror. Vanessa, encontrou o namorado tentando suicídio na casa que moravam, logo após reatarem. Já Paula assistia o companheiro se autoagredir *“ele chutava a árvore até quebrar o pé, quando quebrava o pé, em três partes, aí ele parava de chutar. Então assim, ele tinha esses acessos de fúria e de violência, mas passaram a ser com ele mesmo. Assim, ele pra uma parede socava até ficar a mão toda ensanguentada em carne viva, é... batia a cabeça na parede sabe, fazia...é...essas...tipo assim, era coisas assim bem, eu ficava horrorizada, eu ficava...assim, pra mim continuava sendo uma violência pra mim [...] eu cheguei em casa do trabalho e ele tava deitado na cama com a arma na cabeça assim engatilhada e ficou “tô só esperando é... você chegar pra eu me despedir de você tchau”, ficava assim coma a outra mão, “tchau, tchau” pra mim”*.

Nesses dois casos, o adoecimento e a instabilidade emocional dos homens ficaram claros. Contudo, sabe-se que quando ocorre um suicídio ou um ato de auto violência de maneira espetacularizada, há a criação de uma cena chocante que também faz função dentro da dinâmica que se pretende analisar. Marquetti (2014) indica que o suicídio como espetáculo, engloba uma cena com espectadores e cenários e é também uma forma de comunicação que tem forte efeito sobre a plateia eleita para testemunhar. Toda essa construção imagética da cena, possui uma violência que atinge aquelas pessoas que são convocadas para assistir, uma violência enorme e perturbadora. Em vista disso, considera-se que o limite dado por essas mulheres foi capaz de barrar apenas uma forma de violência, mas não a continuidade dela. Ademais, o choque de

presenciar tais cenas parece reforçar as vias do dispositivo materno, interpelando as mulheres para o cuidado dos homens.

Outra violência que compareceu foi “Controle com carinho” (Zanello, 2018), um refinamento na maneira de expressar os clássicos afetos de ciúmes e sentimento de posse em relação à parceira. É uma maneira ambígua de reduzir a liberdade das mulheres com justificativas carinhosas e sutilezas. *“Então ele era uma pessoa que me dava muito também, né. Me dava cuidado, me dava carinho, mas ao mesmo tempo me abusava de todas as formas né, e esse era um abuso.”*, disse Camila. Esse mecanismo é muitas vezes difícil de ser notado enquanto abuso, pois é revestido de uma capa de preocupação, cuidado, gentileza e de amor verdadeiro. Paula, por exemplo, contou em choque que não percebia como agressões as coisas que vivia: *“No início mesmo foi muito inocente assim, muito! Aquela coisa aí ‘nós dois somos almas gêmeas’ e tudo, ‘a gente não tem segredos, tudo você me conta tudo eu te conto, tá?’”*. Para ela só foi possível ver que vivia em *‘uma cadeia mesmo’* anos depois. Quando o primeiro companheiro faleceu, Paula não sabia a senha da própria conta bancária. O ex dizia que era ruim para ela mexer com *“coisa de dinheiro”* e ir ao banco, pois tinha crianças pequenas e ele mesmo poderia tirar o dinheiro; *“se eu quisesse comprar um batom pra mim, uma meia pra mim eu tinha que pedir pra ele, entende? Então assim, ele tinha o controle total da minha vida financeira assim, é... eu não sabia quanto custava um litro de leite”*. Ele também impedia que ela dirigisse, monitorava seus atrasos no trabalho e ligações. Ele escamoteava seus ciúmes sob a forma de preocupação com o bem-estar de Paula e com possíveis riscos que ela corria.

A violência sexual esteve presente, também de maneira silenciosa. Os ideais da cultura repercutem na intimidade do casal e, não raro, tornam certos sofrimentos femininos invisíveis e intensificados, sobretudo, dentro de dinâmicas violentas. As mulheres deste estudo, frequentemente, trouxeram o sexo nessas relações como uma experiência intensa. Paula trouxe que em seu segundo relacionamento abusivo o marido a agrediu depois de pressioná-la a ter

uma relação sexual e de acusá-la de estar traindo-o, o que fez com que ela colocasse um fim no relacionamento. Júlia acordou com sangue nas pernas e notou que seu primeiro namorado havia se aproveitado de sua embriaguez para tirar sua virgindade. Com o segundo namorado, pai de seus filhos, acordou duas vezes com ele *“fazendo sexo comigo desacordada...[pausa longa] me penetrando mesmo”*. Situações semelhantes ocorreram com Camila, que contou que o namorado queria sexo todos os dias e a acusava de traição caso negasse, e que já acordou de madrugada com o namorado a penetrando: *“Hoje eu sei que eu fui estuprada várias vezes dentro da relação”*. O *“hoje eu sei”*, dito por Camila, denuncia a invisibilidade da violência sexual, sobretudo quando ela acontece dentro de um relacionamento amoroso. O estupro no casamento/namoro tem raiz histórica no débito conjugal, na satisfação da qual as mulheres devem se encarregar de dar ao homem. O estupro é um crime dificilmente nomeado (Wolf, 2018; Saffioti, 2015; Zanello, 2014), gera marcas profundas e, por vezes, exige tempo e certo distanciamento para que a mulher possa começar a nomear, compreender e elaborar o ocorrido.

Nesse sentido, não é incomum que as mulheres também concordem em fazer sexo sem vontade ou até aprendam a emular prazer e fingir orgasmos (Dantas-Berger, & Giffin, 2005; Zanello, 2014). Júlia sentia-se pressionada a fazer sexo sem preservativo, mesmo que não sentisse diferença em seu prazer pessoal. As duas gestações que teve ocorreram nesse contexto: *“E era sempre, só isso, tipo, ele me procurava, a gente fazia sexo, eu nunca ficava satisfeita, ele ficava sempre satisfeito. E...mas o relacionamento se baseava nisso”*. Ela acredita que se forçava a fazer isso *“pra poder ver se resgatava, ver se voltava a sentir como antes e não voltava, né.”*. Aqui a responsabilização feminina pela continuidade do vínculo recai sobre a performance sexual, junto à crença de que ela seria, de alguma forma, capaz de transformar a relação e o namorado usando o corpo como instrumento ou moeda de troca.

Para todas as mulheres que relataram sexo sem vontade, houve alguma repercussão negativa envolvida, no sentido das emocionalidades, sentimentos e afetos implicados. No caso

de Júlia, em especial, ela relatou sentimentos de culpa, de sujeira, e de nojo de si mesma e do próprio corpo, quando percebeu o estupro. Sentimentos esses, que se repetiam todas as vezes que se forçava a fazer sexo sem vontade. Díaz-Benítez (2019) aponta que o afeto ‘nojo’ marca uma hierarquia entre o sujeito que o sente e o objeto que provoca a repulsa. Contudo, a autora indica a presença desta torção onde o nojo aparece autorreferido em mulheres quando se trata de uma violência contra a própria sexualidade.

A sexualidade feminina, vivida de forma tão cindida – ora como obrigatoriedade de se fazer sexualmente atraente aos olhos dos homens, ora rechaçada exatamente por isso, mas sempre com enfoque no olhar do outro – traz uma marca profunda para as mulheres. Não à toa, tolera-se a violência sexual no casamento sem conseguir nomeá-la como tal. Da mesma forma, a exposição da sexualidade feminina é vexatória. Quando Camila terminou com o namorado, além de temer que ele fosse atrás dela, mesmo estando em outro país, ela viveu o horror de ter sido ameaçada de ter seus nudes vazados e enviados para familiares: *“Terminei, e aí, que pra mim é que foi a pior parte. A pior. Mais que as das agressões físicas, se é que é possível. Ele ficou tão, tão, tão desesperado, tão desesperado...”*. A sexualidade feminina está profundamente associada ao valor da mulher, e é de cunho moral, atrelado não só à sua individualidade, mas também à honra de sua família (Zanello, 2018).

### **3) Afetos mobilizados**

Diante das dinâmicas violentas discutidas e da captura pela satisfação narcísica das mulheres, três afetos, além do nojo autorreferido no caso de Júlia, marcaram presença nos relatos das mulheres, atravessando profundamente a experiência de viver um relacionamento abusivo: desamparo/solidão, culpa e vergonha. Eles serão discutidos a seguir.

#### **3.1) Desamparo: de uma solidão insustentável**

A solidão apareceu como fator importante para a entrada e manutenção dos relacionamentos entre as mulheres deste estudo. Júlia e Raquel haviam mudado de estado para

cursar a graduação. Os pais de Camila tiveram de se mudar enquanto ela permaneceu cursando a faculdade, sem primos, tios ou parentes diretos por perto. Vanessa morava sozinha com o namorado nos Estados Unidos quando foi agredida. Apenas Paula contava com a presença da família na mesma cidade. Mesmo assim, ela conta que se casou tão jovem (19 anos) para sair de uma relação complicada na casa dos pais “*eu saí da casa dos meus pais...meio fugindo dessa coisa dominadora da minha mãe, sufocante dela e cá numa outra situação semelhante, entendeu?*”.

Embora certo isolamento geográfico funcione como vulnerabilizador, as mulheres não são ensinadas a lidar com a solidão em nossa cultura, preferindo muitas vezes o desamor do que a solidão (Zanello, 2018). Há um engodo, uma promessa culturalmente construída, de que um relacionamento é capaz de suprir certas faltas e gerar completude. Identitariamente atreladas a isso, as mulheres, com frequência, têm dificuldade de estarem só consigo mesmas (Zanello, 2018)

Júlia conta que entrou em um *app* de relacionamentos amorosos, pois estava só na cidade, e ali conheceu o ex: “*no início foi isso também, um vínculo pra romper a solidão*” (Júlia). Entretanto, a solidão, na maioria dos casos, não foi tamponada pelo relacionamento. Ao contrário, ela foi, muitas vezes, intensificada, gerando uma dependência afetiva junto a um sentimento de estar só, embora acompanhada. Júlia conta que as gestações foram muito solitárias, apesar de morar com o ex. Raquel perdeu amigos em comum, da faculdade, quando namorou o veterano agressor. Camila conta que nada se comparava à solidão que sentia naquele namoro.

### **3.2) Culpa**

A culpa é um sentimento historicamente interpelado às mulheres, como forma de controle social em determinadas situações, papéis sociais ou culturas (Castellón, 2010). Fomentada pela estrutura patriarcal, a culpa é utilizada muitas vezes como instrumento de

submissão das mulheres (Pérez, 2010). Não é surpresa, portanto que esta tenha sido a emoção mais recorrente nas entrevistadas. Contudo, a culpa não se dá apenas por fatos ocorridos, denúncias feitas ou desfeitas; ela também é instaurada dentro da dinâmica afetiva, quando a mulher se responsabiliza, e inevitavelmente fracassa, pelos afetos do homem, como um efeito colateral do fenômeno “a bela e a fera”. Nesse sentido, os tipos de culpa/culpabilização que afetaram as mulheres serão apresentados com base nessa distinção.

#### *a) Culpa pelos afetos dele*

Ao ver o namorado como vítima, essas mulheres tenderam a tomar para si a responsabilidade pelos afetos dele. Nesse momento, além da atuação dos dispositivos, há também uma manipulação masculina, da culpa da parceira, que sugere ou assume que a responsabilidade seria de fato delas. Ao tentar transformar o parceiro, as mulheres se encarregam dessa tarefa sem notar, na maioria dos casos. Há uma transferência de responsabilidade em que elas passam a se moldar para que o companheiro seja poupado de sentir-se de determinada forma (Guimarães & Zanello, submetido). Diante do caráter impossível da tarefa, mesmo diante do esforço feminino, há um fracasso anunciado em responsabilizar-se pelos afetos alheios, o que retorna em forma de culpa. Essa dinâmica gera um alto custo para elas. Por vezes, modifica profundamente a maneira como elas agem, como falam, como se veem e como se sentem. Muitas vezes, as marcas geradas por essa situação perduram para além do fim do relacionamento.

Paula conta que, diante do companheiro adoecido que ameaçava suicídio e protagonizava cenas de autoagressão e automutilação na frente dela, começou a modificar a forma de falar, de se portar para evitar que ele se sentisse mal. *“Eu via que ele tava chateado com isso e eu não queria mais que ele ficasse chateado com isso, então eu ficava tentando, tipo assim, eu mudava, entende?”*. Ela relata que com os ciúmes e o controle do parceiro, passou a sentir-se constantemente vigiada: *“à mesma medida que ele ficava desconfiado, eu ficava endurecida né, aquela coisa né, tipo ‘ai não posso fazer’, então eu acho que perdi a minha naturalidade”*.

Em certo ponto, ela tentou barrar os comportamentos abusivos dele, mas após o suicídio do companheiro, ela se sentiu culpada por isso: “*me culpei muito, eu ficava achando que era culpa minha que ele tinha feito isso*”. Décadas depois do ocorrido, Paula conta que, por muitos anos, teve dificuldade de falar e que desde então passou a prestar atenção ao que dizia, não só para ele, mas para as pessoas, e na possibilidade de suas palavras machucarem alguém: “*às vezes você não tá nem pensando em nada e você fala algo, quando você vai ver, você fez um rombo na pessoa. A sensação que eu tinha era que eu tinha feito um buraco nele. Tem que tomar cuidado com o que você fala. Assim né, coisa de ‘será que tô magoando alguém? Será que tô fazendo alguma coisa?’*”. Quando Paula sente que tinha feito “*um rombo*” nele, ela pega para si a responsabilidade por esse buraco, e os efeitos disso a marcam por toda uma vida, sem notar que o rombo afetivo já estava lá. Era desse homem o buraco antes que ela aparecesse em sua vida e, mesmo com toda dedicação, ela jamais poderia preencher.

Em seu segundo casamento com outro homem controlador e sufocante, Paula não muda seu comportamento para agradá-lo, mas se compromete a pagar terapia para o marido, deixando 10 sessões pagas adiantadas, das quais ele só compareceu à primeira e não avisou à Paula. Evidentemente, há uma mudança significativa em Paula quando se compara a primeira experiência com a segunda, já que ela não tenta se moldar para lidar com o segundo marido, mas o encaminha a um profissional, sinalizando que ela encontrou um caminho mais adequado de manejo, não tomando totalmente para si a tarefa impossível. Contudo, pagar as sessões psicoterápicas traz um efeito simbólico importante: seja com o corpo ou com dinheiro, quem paga caro pelo adoecimento e tratamento desses homens?

Já o namorado de Raquel dizia que sentia vergonha do comportamento dela: “*As minhas atitudes, espontaneidades, às vezes, envergonhava ele, sabe? O fato de eu tá triste também [...] Então quando eu estava feliz, o problema era eu tá feliz demais e envergonhar ele. Quando eu tava triste, eu tava triste demais e ele tinha vergonha também*”. Diante das críticas, ela conta

que chorava até dormir: “*eu acabava pegando pra mim a culpa*”. Preocupada com o sentimento de vergonha do namorado, ela tentava contornar: “*Aí era muito ruim porque eu sempre pensava que eu precisava fazer para ele não sentir mais vergonha de mim, sabe? [...] as coisas que eu pensava era sempre voltada para o que eu poderia fazer para ser uma pessoa da qual ele não sentiria vergonha*”. Aqui, é possível ver que os sentimentos manifestados por esses homens não são levados como uma questão deles. Não são eles que precisam se repensar ou resolver seus afetos e conflitos internos, mas é responsabilidade delas evitar que os homens sintam como se sentem (Guimarães & Zanello, submetido).

A desresponsabilização masculina das próprias ações e afetos também é encontrada no discurso de homens agressores (Valadares & Zanello, submetido), o que corrobora as falas das mulheres aqui representadas, indicando um jogo de manipulação e transferência de responsabilidade, que não se dá com a ação isolada dos dispositivos afetivos dessas mulheres. Esse tipo de responsabilização é comum nas mulheres, culturalmente encarregadas da manutenção dos relacionamentos, em que elas contornam situações e se modificam para evitar que alguma frustração atinja os homens (Zanello, 2018).

Assim, a “vergonha” que o namorado de Raquel afirmou sentir dela, o adoecimento e ciúmes do companheiro de Paula, ou o desejo sexual, desdobrado em cobrança por sexo, como mencionado no tópico sobre formas de violência, não foram interpretados como problemas dos homens, que eles próprios deveriam resolver, mas como uma falta das mulheres.

#### ***b) Culpa a partir do que ele faz***

O sentimento de culpa também apareceu, de maneira mais explícita do que nas situações relacionadas aos afetos do homem, quando ligado a atitudes dos homens sobre as quais eles foram desresponsabilizados. Aqui há um processo ativo de transferência de responsabilidade diante de acontecimentos que não podem ser negados. Há uma reinterpretação dos fatos, realizada, na maioria dos casos, pelo agressor ou pela família dele, em que a mulher deve

responder pelo mal que ele sofre. Vale ressaltar, ainda, a culpa introjetada, que também assola as mulheres, sem que seja preciso esse jogo de manipulação externo, sobretudo quando se liga à maternidade. (Donath, 2016; Zanello, 2018)

Raquel, Camila e Vanessa receberam ligações das sogras ao tentar denunciar a violência. Todas as três se sentiram culpadas após o telefonema. Duas delas desistiram de fazer a denúncia. A terceira, Vanessa, já tinha ligado para a polícia quando falou com a sogra, e quis retirar a queixa, mas foi acolhida por uma equipe psicossocial, que a convenceu de que ela era sim uma vítima, e o processo foi continuado. A atenção que Vanessa recebeu do Estado foi determinante para reverter sua culpabilização e fortalecê-la. Já as ligações das sogras, em todos os casos, apelavam para os prejuízos que os filhos teriam, colocando na mão dessas mulheres a decisão de fazê-los responder pelos seus atos ou não.

Outros tipos de culpabilização acometeram as mulheres de forma manejada por seus parceiros. Camila e Raquel foram culpabilizadas pelas agressões recorrentes que sofriam. O namorado de Raquel, depois de agredi-la, chorava e gritava dizendo: *“olha no que você me transformou”*. Já Camila, certa vez, tentou segurar o namorado pelo braço em meio a uma multidão e suas unhas compridas marcaram o braço dele. No dia seguinte ele mostrou as marcas para ela e alegou que, a partir dali, *ela* havia *“inaugurado”* a violência física dentro da relação: *“isso deu a ele a liberdade, e ele acreditava piamente nisso, deu a ele a liberdade de começar a me agredir”*.

Por fim, as mulheres com filhos desta pesquisa, Júlia e Paula, trouxeram um intenso sentimento de culpa ligada à relação, ou melhor, à falta de relação dos pais com os filhos. Júlia disse: *“me sentia um pouco presa a ele e tipo foi difícil romper os laços, porque tendo as duas crianças eu sempre fiquei pensando que ele ia fazer falta na vida deles, que eu devia incluir [...]Eu... eu fico triste por isso, eu sinto culpa por isso, por eles não terem [...] por eles não terem um pai presente hoje.”*. Embora ela tenha ciência que a aproximação é responsabilidade

do pai, o sentimento de culpa persiste “*Eu...eu acho que não deveria sentir essa culpa, porque não é algo que depende de mim [pausa longa], mas eu continuo sentindo isso como se eu devesse, como se eu tivesse uma obrigação ali...tentar fazer esse vínculo acontecer e não depende de mim.*”. Com essas afirmações, Júlia escancara a responsabilidade que recai sobre as mulheres, sobretudo aquelas que são mães, de manter as relações e, no seu caso, fazer presença onde o pai faz a falta (Lobão, Leal & Zanello, 2020)

Paula, cujo segundo marido nunca pagou pensão ou qualquer outra conta das duas filhas, sente-se mal de cobrá-lo ou recorrer à justiça. Ela arca com as contas sozinha: “*acho vergonhoso você ter que pedir pro pai da sua filha te dar um, uma ajuda no sustento dela, gente eu acho isso o fim da picada, eu não sei assim, eu acho horrível isso, horrível! É como se eu tivesse é.. é um orgulho mesmo meu, é como se tivesse uma coisa assim batendo um carimbo assim sabe na parede ‘sou incompetente pra escolher um pai pras minhas filhas’.* A incompetência dele recai como incompetência dela. Paula sente-se culpada pela desimplicação do ex, ao mesmo tempo que não consegue enquadrá-lo na lei. Há um misto de afetos nesse caso: “*é... essa coisa de achar que eu sou responsável por tudo, sabe? [...] Tenho muita dificuldade em receber e quero doar demais, me doar demais, sabe?*”. A culpa aqui recai como obrigação dentro do dispositivo materno, fazendo valer a sobrecarga feminina. A situação que para Paula é vergonhosa atrela a culpa ao segundo sentimento destacado pelas mulheres entrevistadas, tema do próximo tópico.

### **3.3) Vergonha**

A vergonha foi outro sentimento que esteve presente em algum momento durante a narrativa de todas as mulheres entrevistadas e, em alguns casos, persistiu para além do fim do relacionamento. Apareceu relacionado à escolha de “um bom pai para os filhos” e também ligado ao episódio de violência em si ou da persistência na relação. A situação mais recorrente

para esse sentimento se deu quando relataram para alguém o que aconteceu ou o que estava acontecendo, o que fomentava um ciclo de intensificação do isolamento social.

Mesmo anos depois de romper com o segundo marido, Paula se envergonhava da escolha de pai que fez para as filhas, sentindo-se *“incompetente”*. Vanessa, que ligou para a polícia de imediato, e teve sua história de superação escrita em um jornal local, ainda assim passou bastante tempo sem contar à família sobre o ocorrido *“Ah, mas... é, eu escondi de minha mãe. Eu tinha vergonha, eu tinha vergonha. Depois de muitos anos é que eu conversei com minha mãe, com minhas irmãs, sobre esse assunto.”*

Enquanto tentam manejar os afetos que o namorado sente, a maior parte das mulheres lida com o isolamento social. Essa redução da rede de apoio acontece tanto pela influência ativa dos homens, quanto pela dificuldade ou vergonha que as mulheres sentem ao falar do assunto ou em persistir na relação. O namorado de Raquel inventava histórias sobre ela para os colegas de curso. O de Vanessa priorizava as amizades dele em detrimento da companhia das amizades dela. No caso de Júlia, o rapaz tentava colocá-la contra os amigos, dizendo que eram falsos. Já Paula relatou que o ex tinha ciúmes dela com as amigas e queria saber o que elas conversavam. Situação semelhante acontecia com Camila, que acabava voltando para casa quando saía com os amigos, pois o namorado arrumava uma confusão. Ele também ficava enfurecido ao saber que ela havia comentado sobre alguma briga com uma amiga. Aos poucos, ela foi deixando de sair e de contar.

Em quase todas as histórias, houve de fato uma diminuição da rede de apoio, redução essa mais intensa nos casos de Raquel e Camila, em que houve violência física recorrente. Todas as mulheres chegaram a contar para outras pessoas sobre os abusos, físicos ou psicológicos, que sofriam. Contudo, não raramente, quando a relação persistia, o relato é de que os amigos se cansavam. Aos poucos essas mulheres, quando não rompiam rapidamente a relação, paravam de buscar ajuda e se envergonhavam da persistência no relacionamento.

Assim, identifica-se que o agressor e a vítima se fecham em um sistema, e o homem torna-se, muitas vezes, a única referência de apoio afetivo para ela, que fica sem ter como pedir ajuda. Camila relata: *“nada comparado com a solidão daquela época, porque realmente eu não tinha ninguém. Eu não podia contar pros meus pais, não podia contar pras minhas amigas, elas já tinham desistido de mim. É...então muito sozinha assim, muito, muito sozinha”*. A vergonha acaba por confluir ao aumento do afeto do desamparo e da solidão, em um círculo vicioso, que deixa as mulheres em um estado ainda maior de vulnerabilidade ao agressor.

Ao contar sobre o relacionamento abusivo, há uma expectativa social de que a mulher consiga romper o vínculo assim que ela veja que sofreu uma violência. No entanto, frequentemente a mulher persiste no relacionamento, mesmo sem saber porque persiste. Assim, é comum que exista uma vergonha de si mesma, que começa a ocorrer à medida que essa mulher não consegue sair do relacionamento, uma vergonha da incapacidade de sair.

Raquel disse: *“eu me afastei de todos os meus amigos e hoje em dia eu sei que vários deles já imaginaram o que acontecia, mas ahnnn...eu nunca conseguia falar exatamente”*. Além da vergonha de buscar ajuda, a fala de Raquel denuncia uma passividade social, também encontrada em outros casos. Camila contou que gritava no apartamento, mas nunca teve ajuda de nenhum vizinho ou comentário de algum colega de faculdade quando aparecia com roxos e inventava desculpas. Júlia correu para a casa de um casal de vizinhos quando foi agredida, mas não obteve ajuda.

Assim, um agravante do risco, e possivelmente agravante da vergonha, baseia-se em um silêncio social sobre a temática da violência contra a mulher. Por mais que o tema seja debatido com mais frequência, na presença de uma mulher conhecida, se matem um tabu e uma política de não interferência, como assinala o ditado popular: *“em briga de marido e mulher não se mete a colher”* que mantém a violência doméstica como de cunho privado ao casal. Nesse sentido, entre um homem que não quer que ela fale sobre isso e uma rede de apoio que não quer mais

ouvi-la, gera-se um profundo sentimento de vergonha. Há, portanto, toda uma conjuntura que convida a mulher a fazer uma cumplicidade de silêncio, que mantém o ciclo de violência e inviabiliza a entrada de outras pessoas e pontos de vista.

#### **4) “O amor da minha vida”: idealização do amor**

Em diversos momentos durante as entrevistas, as mulheres trouxeram o amor que elas sentiam pelos homens como o motivo que as fizeram permanecer, apesar dos prejuízos. *“Ele era extremamente ciumento, inseguro e assim, eu, nossa, vivia numa prisão, numa cadeia mesmo, mas eu amava tanto ele[...] Eu me anulei completamente pra conseguir, pra estar com ele, por que eu amava ele demais”*, disse Paula sobre seu primeiro relacionamento. Essa estrutura de fala, que primeiro reconhece a problemática da situação e do parceiro, seguida do sentimento dessa mulher que se opõe, anuncia uma denegação (Freud, 1925)

Vale ressaltar que a defesa em questão não é apenas um sinal de um mecanismo individual, mas encontra ancoragem em uma estrutura social que traz uma idealização do amor romântico. A incongruência do reconhecimento dos defeitos ou riscos de estar com esse homem, contraposto ao sentimento dela, que supera tais indicativos, encontra forte respaldo cultural no imaginário popular. O amor que tudo justifica, tudo suporta, e todos os obstáculos atravessa é uma construção que surge em meio aos novos ideais de família surgidos com a ascensão do capitalismo (Engels, 2013; Federici, 2019; Santos, 2020). Ideais de família alastrados com um refinamento do poder, que passa de poder opressivo para o poder constitutivo (Foucault, 1996; Zanello, 2018), habitando o clima moral da sociedade, como um ideal a ser conquistado e mantido, sobretudo pelas mulheres. Essa forma de amar é fruto, como apresentamos na introdução, de fortes tecnologias de gênero e de uma aprendizagem em que amar e o amor para as mulheres é seu cerne identitário.

Assim, com a promessa de que conquistariam sua felicidade no encontro romântico, e encarregadas historicamente de lutar e zelar pelo “amor verdadeiro”, as mulheres são as que

mais sofrem com o fardo da idealização desse amor. Não raro, a vida e os projetos pessoais ficam em segundo plano no horizonte das mulheres, que se torna dominado pela relação amorosa: *“aquela relação tomava 90% da minha energia e os 10% que sobrava eu tentava colocar em outras coisas”* diz Camila. Paula resume este tópico: *“De amar muito mesmo, eu tava sem lugar para mim”*. Como é possível amar sem lugar para si? Parece que não é o amor relacional que se destaca na fala de Paula, mas a sinalização de um adoecimento no dispositivo amoroso, um tamanho investimento no outro e na manutenção da relação com ele, que acaba por ocorrer um esquecimento de si.

Quando se reveste algo ou alguém da ideia de ser insubstituível, a vulnerabilização é ainda maior, já que insinua uma perda definitiva: *“eu achava que ele era o amor da minha vida, é isso que é o mais paradoxal de tudo, eu tinha certeza que eu nunca ia encontrar um homem tão maravilhoso e tão horroroso quanto ele assim, é... é uma ambiguidade assim que [...] eu achava que ninguém, ninguém mais no mundo poderia fazer esse papel de... de cuidador que ela fazia sabe, de revolvedor dos meus problemas”* diz Camila. Raquel, por sua vez, disse *“E aí parece que se eu não tivesse ele, parece que eu realmente não ia ter nada, e isso era o que ele falava para mim também, sabe?[...] eu não conseguia mais ficar sem, porque era sempre aquele papo ‘ninguém mais vai ficar com você’, por mais que ele me agredisse muito”*. A ideia de um homem “amor da minha vida” está ligada à intensidade que as mulheres experienciaram em terem sido escolhidas. Sem ele, o que sobraria delas?

Embora as falas sobre esse homem ser a única pessoa tenham aparecido em todas as entrevistas, não foi por acaso que tais colocações ocorreram com maior intensidade nas falas de Camila e de Raquel, as duas mulheres que sofreram violência física de maneira recorrente durante a maior parte do relacionamento. Nesses casos, também há o efeito de se ver por meio dos olhos do namorado, isto é, a sua autoimagem, sua percepção sobre si e sobre sua realidade

ficam atreladas à forma como os homens narram essa experiência (Zanello, Richwin, Pedrosa & Gama, prelo).

O caráter ‘insubstituível’ que o homem agressor ganha para as mulheres tem origem não apenas psicológica, no sentido da manutenção da relação como sintoma psíquico delas, mas também na culpabilização advinda do namorado e do meio onde faltam amigos e familiares por perto, com quem elas possam contar. Fica referido ao namorado a maior parte dos afetos, bons ou ruins e, como disse Camila, ‘*o papel de resolvidor dos meus problemas*’. Toda essa estrutura é intensificada de acordo com a escalada da violência. O namorado de Camila a agredia constantemente, mas era também quem cuidava dos hematomas dela depois que a briga acabava: “*muito paradoxal né, assim né, mas realmente eu não tinha quem cuidasse*”, diz ela, revelando a ambiguidade destes relacionamentos, pautados no já citado ‘controle com carinho’.

Importante destacar também a especificidade do caso de Paula, em que mesmo com a passagem de décadas e o reconhecimento das diversas formas de violência que sofria do primeiro marido, ela ressalta que “*ele era uma pessoa maravilhosa*” e que nunca se sentiu assim com outra pessoa novamente. Ela conta que existem “*pessoas arroz*”, que vão bem com tudo, e “*pessoas pequi*”, ou você ama ou odeia. Relata que o primeiro marido era uma “*pessoa pequi*”, muito boa, mas também muito difícil de lidar. O aspecto ambíguo se apresenta nessa metáfora; por mais que Paula goste de pequi, não é possível morder a fruta com vontade, se não os espinhos se soltam. O que seria essa relação então? Parece se assemelhar à cautela que Paula deveria ter ao conversar com o ex. No entanto, mesmo passados vários anos, nunca ter encontrado ninguém assim, como ela diz, remete ao aspecto insubstituível desse homem. Acontece que o relacionamento dos dois acabou quando o ex colocou fim à própria vida. Os efeitos do suicídio sobre as pessoas próximas, vão além do luto comum (Fukumitsu & Kovács, 2016, Silva 2013) e, em Paula, o que se observou foi a ressonância de algo da fantasia sobre *poderia ter sido* e de certa idealização sobre quem ele era. Aspectos que permaneceram ao

longo do tempo de maneira imaginária, já que o processo natural do desgaste de viver essa relação se iniciava naquela época, mas não pôde ser vivido até o fim.

### **5) Importância da entrada do “terceiro” na ruptura do ciclo**

O que aparece, em casos como os deste estudo, é que a relação que se estabelece para essas mulheres se dá de maneira muito imaginária, atrelada a certas fantasias e idealizações atravessadas pelos dispositivos de gênero, fantasias estas no sentido do ideal de amor romântico, encontro da alma gêmea ou de completude narcísica ao ser escolhida e ser capaz de curar esse homem ou lutar por esse amor. A entrada de um terceiro nesse cenário é muito potente para o rompimento. O terceiro exerce função de corte neste imaginário. Quanto menos há cortes externos, mais a violência tende a se inflamar. Nesse sentido, a chegada do terceiro ameaça a manutenção do silêncio na relação – que garante que os abusos não saiam dali – e também abre a possibilidade de um novo horizonte para a mulher, alguém que quebre o circuito fechado da relação e fure a fantasia que se prolifera.

No caso de Raquel, a entrada do terceiro ocorreu tardiamente e, mesmo assim, foi importante tanto para que ela pudesse buscar o autocuidado e se fortalecer (quando a mãe a incentivou), quanto para que o namorado parasse de insistir (quando a amiga se colocou entre os dois e ameaçou chamar a polícia). Para Camila, o suporte da mãe e de uma amiga também foi importante. No caso de Vanessa, a intervenção ativa da equipe psicossocial entrou como peça fundamental para que ela não retirasse a queixa. Sem a entrada de um terceiro, a relação tende a se tornar de dependência, em um circuito fechado. ”

### **6) Descentramento do amor romântico e suporte do Estado: possíveis vias de saída**

Em todas as entrevistas, foi possível notar o atravessamento dos dispositivos de gênero enquanto balizadores dos sentimentos femininos e da manutenção da relação. Contudo, vale um destaque para o caso de Vanessa, em que, embora presentes, os dispositivos não trilham um caminho de adoecimento psíquico para ela. Ainda que sentir-se “*a musa dele*” e ser escolhida

por um homem estrangeiro e loiro tenha surtido certo fascínio no início do relacionamento e invisibilizado certa instabilidade emocional do rapaz, que já parecia ser visível para outras pessoas, como a mãe de Vanessa, a sensação não perdurou durante muito tempo: *“Então, é... não, eu o via como um cara bonito, né... é, diferente, loiro, forte, olhos azuis, é... viajado, que falava várias línguas, então... eu acho que eu botava ele meio que num pedestal, né... e... [pausa], e aos poucos eu fui vendo que não... que não era bem assim, né.[...]Então... é, durante um tempo eu o via dessa maneira, mas depois... acho que... eu comecei também a... perceber que não era nenhum bicho de sete cabeças e que eu tinha meu valor também.”*

O que se observa no caso de Vanessa é que quando o namorado a validava em sua beleza, isso gerava certo entorpecimento, ao mesmo tempo em que havia um manejo ativo de Vanessa: a validação do ex noivo pareceu a largada inicial para que ela ressignificasse seus conceitos de beleza e mudasse a forma como olhava para si: *“Eu acho-, passei assim, nossa, né, a ver uma certa beleza em mim”*. Ela contou que o relacionamento *“abriu o mundo”* para ela, que pôde perceber outras culturas, outros padrões de beleza, línguas e artes. A questão é que Vanessa não tomou a validação como presente ou afeto que só poderia receber vindo dele. Ela fez uso disso, acatando o que a interessava e fortalecendo sua autoestima, usando a validação dele como impulso, mas caminhando de maneira independente da chancela oferecida por ele. Assim, Vanessa desconstruiu ideais racistas de beleza e se engajou nas atividades profissionais e estudos artísticos, chegando a superar os conhecimentos do então namorado. Ela precisou do olhar dele de início, mas conseguiu fazer uma travessia construindo algo positivo para além dele.

Durante toda a entrevista, Vanessa mostrou um grande interesse pela sua própria carreira, seus *hobbys*, viagens e estudos. É possível perceber que Vanessa se apaixonava por diversas outras coisas além do namorado: *“era importante, e tal, mas não era tudo na minha vida, não, porque eu... já tinha uma faculdade, tinha carreira, também, tinha meus sonhos,*

*né... era importante, mas não era tudo.*”. O compromisso com os próprios projetos apareceu todo o tempo em sua narrativa. Nota-se que Vanessa não era profundamente amor-centrada, característica que se repetiu em seus relacionamentos seguintes. O narcisismo, enquanto algo fundamental para a constituição psíquica de cada sujeito, é necessário a todos e exerce funções importantes. Assim, no caso de Vanessa, ele não se ancorava majoritariamente na chancela oferecida pelo namorado, mas era apoiado por outros pilares que sustentavam sua realização enquanto mulher.

Além disso, a intervenção ativa do Estado foi fundamental no caso dela. A ligação feita para o número de emergência foi desligada pelo ex noivo no momento da briga. Mesmo assim, a polícia dos Estados Unidos rastreou a ligação e chegou à casa deles com uma medida protetiva já emitida pelo agente. O policial ficou ali garantindo que o agressor fosse embora e se apresentasse no dia seguinte perante a corte. Diante da culpa que sentia pela denúncia, Vanessa foi acolhida por uma equipe especializada; *“É.. eu achei fantástico isso, porque, primeiro: eu fui a vítima e...eu não fui desacreditada em momento nenhum. Dois: a medida protetiva foi emitida na hora pelo policial”*.

Ressalta-se que nem mesmo Vanessa ficou livre de sentimentos de solidão, culpa e vergonha, tão presentes nos relatos das outras mulheres. Nesse sentido, o atendimento que recebeu das profissionais de psicologia e assistência social foi crucial para um manejo positivo do sentimento de culpa que a família do namorado havia fomentado nela, tornando a responsabilizá-lo pelo tapa que ela recebera. Além disso, a rede social de Vanessa foi acionada; mesmo que no caso dela fosse só a universidade, os professores foram contatados. Esse relato contrasta com o despreparo de muitos profissionais da saúde para manejar casos de violência contra a mulher no Brasil (Pedrosa & Zanello, 2017) e também com o relato de Camila, que ao buscar uma psicóloga enquanto sofria agressões recorrentes, recebeu da profissional a sugestão

de que comprasse um fitoterápico, pesquisasse na internet sobre o tema “respeito” e tentasse conversar com o namorado.

Como já discutido, a entrada do terceiro em meio à relação faz função importante de cortar o imaginário. Contudo, não é possível contar que todas as mulheres tenham a sorte de ter uma pessoa capaz de furar as idealizações e o discurso do agressor, que impera e maneja afetos, sobretudo a culpa. Estudos já apontam que, no Brasil, muitas mulheres não confiam nas instituições públicas (Cordeiro, 2018; Tavares, 2015) ou até não compreendem a função delas quando o assunto é violência doméstica (Jong, Sadala, & Tanaka, 2008). Não raro, há casos de mulheres que foram desincentivadas a denunciar pelos próprios agentes (Jong, et al. 2008; Tavares, 2015) além da intervenção de parentes para que as mulheres desistissem da denúncia, como mostram os relatos aqui descritos. Ademais, entre as 5 entrevistadas, só duas denunciaram.

É crucial que as mulheres tenham por garantia um atendimento de qualidade tanto por profissionais de saúde, quanto pelas autoridades legais responsáveis, como agentes da segurança pública e profissionais da justiça. Por meio de uma intervenção mais ativa, o Estado deve ser capaz de fornecer a função do terceiro a todas as mulheres, seja com a escuta preparada de uma equipe de atendimento, seja pelo atendimento treinado e desburocratizado das autoridades que fazem valer a lei. Nesse sentido, Vanessa deixa um apelo: *“a gente precisa que a medida protetiva seja expedida, no Brasil, pela autoridade policial que atende, [...] é um divisor de águas, sabe? Porque eu vejo muita mulher que tem dificuldade, é mal atendida, não tem.. não tem delegado, aí-, aí o delegado tem que procurar o juiz, aí o juiz tá fora da cidade, aí não tem medida protetiva e a mulher vai lá e é agredida de novo, sabe? Então, assim, eu acho que tem que mudar, não pode isso de ser só o juiz que tem que dar a medida protetiva. A policial, o policial, que atende a mulher vítima de violência, tem que ter o poder de dar medida protetiva. Única coisa que eu te peço “.*

## CONCLUSÃO

As fragilidades individuais de cada mulher vitimada, como a solidão de estar numa nova cidade, o medo do abandono, a vivência de um momento delicado ou problemas de autoestima pré-existentes, somam-se ao sentimento de ser escolhida e única, seja pela via da beleza, seja pela exposição dos sofrimentos do parceiro. Evidentemente, os ideais de um amor romântico, como amor que tudo cura e tudo suporta, somados às fragilidades individuais e aos dispositivos amoroso e materno, como caminhos fornecidos pela cultura, culminam em um adoecimento que na manutenção da relação violenta. Ou seja, o aspecto intrapsíquico e os caminhos da cultura estão entrelaçados para a compreensão do que mantém as mulheres em relacionamentos violentos.

Considerando os temas discutidos, nota-se que, para as mulheres, é fundamental fazer a diferenciação entre o que é a responsabilidade delas e a do parceiro. Além disso, é necessário atravessar uma série de lutos individuais: há a necessidade de um luto narcísico de não se seduzir pela posição de cuidadora e eleita por este homem, de reconhecer que ele sofre, mas não se colocar como a pessoa responsável ou capaz de curá-lo. Considera-se que, com a elaboração do próprio narcisismo, a mulher pode ser capaz não apenas de se reconhecer como falível e incapaz de curar o homem adoecido, mas também de não se ver interessada por essa tarefa impossível. Ademais, é necessário um luto também da fantasia que foi construída, um luto da idealização criada sobre aquele relacionamento de ‘almas gêmeas’.

Em vista disso, é fundamental e fator protetivo, como no caso de Vanessa, que a identidade das mulheres não se ancore majoritariamente na realização amorosa. Ancorar o próprio narcisismo em outros pilares e ter projetos de vida e relações para além do projeto amoroso, possibilita que a mulher possa sair com mais dignidade e mais facilmente de relações abusivas, sentindo-se satisfeita narcisicamente com base em outros âmbitos de sua vida.

É preciso pensar de maneira integrada entre o individual e o coletivo, isto é, não basta pensar o que estas mulheres deveriam atravessar. Mas é também necessário propagar meios e valores dentro da cultura para que as mulheres busquem a satisfação pessoal de forma menos amor-centrada. Para que seja oferecido às mulheres, em seus processos de subjetivação, caminhos alternativos que não se fechem ao script beleza-cuidado-amor, criando um trabalho preventivo sobre esta vulnerabilidade criada.

Quanto à intervenção, mostra-se fundamental uma postura mais ativa e preparada de acesso público e desburocratizado para o atendimento a mulheres que sofrem violência. É imprescindível que as mulheres possam confiar no Estado e em seus profissionais, e sentirem-se seguras e validadas, lembrando-as sempre de que o mundo é bem maior que aquele homem e de que elas não estão sozinhas.

## REFERÊNCIAS

- Butler, J. (2019). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Civilização Brasileira.
- Butler, J. (1986). *Atos Performativos e Constituição de Gênero : Um Ensaio em Fenomenologia e Teoria Feminista*, caderno de leituras n.78
- Castellón, L.B. (2010). La culpa como instrumento cultural de sumisión. In *Actas VI Congreso Estatal Isonomía sobre Igualdad entre mujeres y hombres* (pp.82- 84).
- Carneiro, S. (2015). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Selo Negro.
- Cordeiro, D. C. S. (2018). Por que algumas mulheres não denunciam seus agressores? *CS Online-Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, (27).
- Cunha, T.R.A. (2008) Violência conjugal: os ricos também batem. Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, 16(1), 167-176

- Dantas-Berger, S. M., & Giffin, K. (2005). A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual?. *Cadernos de Saúde Pública*, 21, 417-425.
- Data Senado (2019). Violência doméstica e familiar contra a mulher. Secretaria de Transparência. Senado Federal. Disponível em [Relatório Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher v13 \(digitaloceanspaces.com\)](#) [ [Links](#) ]
- Del Priore, M. (2009). *História do amor no Brasil*. Editora Contexto.
- Díaz-Benítez, M. E. (2019). O gênero da humilhação. Afetos, relações e complexos emocionais. *Horizontes Antropológicos*, 25, 51-78.
- Engels, F. (2013). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Clube de Autores.
- Federici, S. (2019). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. Editora Elefante.
- Foucault (1996). *Microfísica do poder*. Graal
- Freud, S. (1910). *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia ("o caso Schreber")*: artigos sobre técnica e outros textos. Companhia das Letras.
- Freud, S (1925). A negação. *Neurose, psicose, perversão*. Autêntica (pp. 305 - 314)
- Fukumitsu, K. O., & Kovács, M. J. (2016). Especificidades sobre processo de luto frente ao suicídio. *Psico*, 47(1), 3-12.
- Guimarães & Zanello, (submetido). A vivência dos ciúmes e os processo de subjetivação de homens: por uma discussão gendrada dos afetos.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

- Hooks, B. (2010). Vivendo de amor. *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Pallas, pp. 188-198.
- Jong, L. C., Sadala, M. L. A., & Tanaka, A. C. D. A. (2008). Desistindo da denúncia ao agressor: relato de mulheres vítimas de violência doméstica. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 42, 744-751.
- Scott, J. W. (1989). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. New York, Columbia University Press. 1989.
- Saffioti, H. I. B. (2015). *Gênero, patriarcado, violência*. Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo
- Santos, M. L. G. D. (2020). *Os sintomas e hematomas do amor: relatos de mulheres sobre a violência doméstica*. Appris
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó.
- Laqueur, T. (2001). *Inventando o sexo- corpo e gênero dos gregos a Freud*. Relume-Dumará
- Lauretis, T. (1984). A tecnologia do gênero. In; Hollanda Heloísa Buarque. *Tendências e impasses do feminismo como demanda da cultura*. Rocco, pp. 206-242
- Le Breton, D, 2019. *Antropologia das Emoções*. Vozes. (Originalmente publicado em 2004)
- Lobão, M. ; Leal, D. F. S. ; Zanello, V. . Guarda compartilhada a despeito do desejo da mãe: violência institucional contra as mulheres. In: ALICE DE SOUZA Birchal, A.S. Bernardes, B. P. (org) *Pontes para a paz em casa: práticas e reflexões*. Conhecimento, 2020, v. 1, p. 1-272.
- Marquetti, F. C. (2014). O suicídio e sua essência transgressora. *Psicologia USP*, 25(3), 237-245.
- Migueluez, O. M. (2015). *Narcisismos*. Editora Escuta

- Pacheco, A. C. L. (2008). Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Tese, Universidade Estadual de Campinas
- Pedrosa, M., & Zanello, V. (2017). (In) visibilidade da violência contra as mulheres na saúde mental1. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32.
- Pérez, V. A. F. (2010). El abordaje feminista del concepto de culpa y su significado desde la psicología social. In *Actas VI Congreso Estatal Isonomía sobre Igualdad entre mujeres y hombres* (pp.85-93 ).
- Queiroz, R. A., & Cunha, T. A. R. (2018). A violência psicológica sofrida pelas mulheres: invisibilidade e memória. *Revista Nupem*, 10(20), 86-95.
- Ramos, M. E. C., Santos, C., & Dourado, T. (2009). Violência intrafamiliar: desvelando a face (oculta) das vítimas. Em: *Lima, F.R.; Santos, C.. Violência doméstica: Desafios na intervenção criminal e multidisciplinar. Rio de Janeiro: Lumen Juris.*
- Silva, L. L. D., Coelho, E. B. S., & Caponi, S. N. C. D. (2007). Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 11, 93-103.
- Silva, L. C. (2013). Capítulo V. In: Conselho Federal de Psicologia. *O suicídio e os desafios para a psicologia*, 59-64. Brasília: CFP.
- Schucman, L. V. (2018). *Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor*. SciELO-EDUFBA.
- Tavares, M. S. (2015). Roda de conversa entre mulheres: denúncias sobre a Lei Maria da Penha e descrença na justiça. *Revista Estudos Feministas*, 23, 547-559.
- Valadares, V. S. & Zanello, V. (prelo). Homens autores de violência contra as mulheres: uma leitura a partir dos estudos das masculinidades.
- Wolf, N. (2018). *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Editora Record.

- Zanello, V. (2007). O amor (e a mulher): uma conversa (im) possível entre Clarice Lispector e Sartre. *Revista Estudos Feministas*, 15, 531-539.
- Zanello, V (2014). *Saúde mental, gênero e Conjugalidade*. Em: Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas. Editora mulheres. pg (108-118)
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Editora Appris.
- Zanello, Richwin, Pedrosa & Gama (prelo). Ideal estético, dispositivo amoroso e vulnerabilização de mulheres heterossexuais diversas na prateleira do amor. *Revista NEMESS*, edição especial 2021, PUC-SP.
- Zanello, V (inédito) Violência contra mulheres negras, em casais com paridade racial: Uma análise psicodinâmica, interseccional, a partir dos dispositivos de gênero e da identidade racial

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso deste estudo foi instigado por múltiplos incômodos e questionamentos sobre os afetos e a subjetividade das mulheres envolvidas em relacionamentos violentos. Foi possível pensar na implicação das afetividades envolvidas na entrada, manutenção e rompimento dessas relações, por meio de uma lente de gênero e abordagem crítica das emoções.

O debate sobre a violência contra a mulher, tem aos poucos ganhado maior espaço nas discussões sociais, seja pelo maior alcance e popularização de pautas feministas promovidas pelas redes sociais, seja pela criação de legislações específicas, como por exemplo a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, 2006), a Lei do feminicídio (Lei 13.104, 2015) e a Lei da Violência Psicológica (Lei 14.188, 2021) que acabam por trazer à tona o debate sobre o tema. Apesar de uma maior visibilidade, a ocorrência de violência permanece muitas vezes um tabu, restrito a intimidade de cada casal, como um segredo. A temática sensível é capaz de mobilizar afetos intensos nas mulheres que vivenciaram e, porque não, também em quem se propõe a fazer tal escuta.

Nesse sentido o primeiro artigo do presente trabalho buscou investigar a produção brasileira sobre violência contra a mulher dentro do contexto de relacionamento íntimo, em busca de um recorte específico de análise que tomasse por objeto de estudo os afetos e a subjetividade de mulheres brasileiras adultas que vivem ou viveram tal experiência. Os dados obtidos, mostraram que há uma produção limitada sobre a temática considerando as plataformas escolhidas e os marcadores utilizados. Menor ainda é a quantidade de artigos que consideram um posicionamento crítico de gênero no desenvolvimento de suas análises. Já a leitura que considera os próprios afetos como atrelados a cultura foi praticamente inexistente, sendo apenas tangenciada.

No artigo seguinte, a pesquisa abriu espaço para uma escuta qualitativa e empática de mulheres que sofreram violência em relacionamento amoroso. Nesse sentido destacou-se a atuação do dispositivo amoroso sobretudo na captura narcísica que faz iniciar e muitas vezes, manter o relacionamento, por meio de um sentimento de ser única e especial. Tal satisfação ocorre mediada tanto por uma exaltação da beleza física, quanto por ser a única para quem o parceiro teve a coragem de revelar um segredo ou fragilidade. No segundo caso, quando os companheiros adquirem o status de “coitados”, as mulheres tendem a responder com o dispositivo amoroso e materno, despendendo cuidados, responsabilizando-se pelos afetos do homem e até aumentando a tolerância diante da agressividade masculina.

As mulheres do estudo, sofreram violências diretas, como agressões físicas e humilhações, e disfarçadas, como o controle com carinho ou as agressões sexuais, validadas por um “direito” do namorado de acesso ao corpo da mulher. As vivências despertaram afetos sobretudo de culpa e vergonha, atravessados também por um sentimento de desamparo frente à possibilidade de ficarem sozinhas.

A idealização do amor também se fez presente na manutenção do relacionamento pelo qual “valia a pena lutar”. A entrada de um terceiro que interceda ativamente, seja ele uma pessoa ou a providência do próprio Estado, se mostrou como fator fundamental para a quebra da escalada de violência e encaminhamento que permitisse vislumbrar o rompimento da relação. Por fim, o ato de descentrar-se da ideia de amor romântico enquanto ponto norteador da vida parece exercer nas mulheres um profundo fator de proteção, contribuindo para que a mulher se sinta protegida identitariamente. Assim, abre-se a possibilidade de uma busca de satisfação também por meio de outros projetos pessoais e aspectos de vida com os quais possa sentir-se feliz e realizada, evitando assim, apostar todas as fichas em um relacionamento.

De maneira geral, o desenvolvimento da presente dissertação chama atenção para a necessidade de uma compreensão mais integrada entre a subjetividade e a cultura a fim uma

elaboração crítica e enriquecida, para a interpretação de um fenômeno tão preocupante. Vê-se necessária também uma abordagem mais interventiva e desburocratizada, na intermediação realizada pelos meios legais de atenção as mulheres vitimadas. A mesma lógica se aplica para as intervenções no campo da saúde, visando assim, uma postura empática e que realize a função do terceiro e não desacredite a mulher.

Além disso, um debate mais coletivo sobre os afetos pode fazer emergir identificações potentes para as mulheres que nunca pensaram que certos sofrimentos privados podem ter uma raiz coletiva. Como exemplo, uma participante do segundo artigo disse que independente do contexto romântico, ela tem “esse problema de se doar demais”. Acontece que ao dizer isso, ela acredita que o problema é só dela. Entretanto, “se doar demais” é dor de distribuir pedaços de si, da própria energia e empenho, quase gratuitamente, recebendo em troca, quando muito, apenas o reconhecimento alheio. É, portanto, performance afetiva interpelada a todo tempo para as mulheres. Para serem reconhecidas como mulheres, elas frequentemente devem se fracionar e se doar aos outros, “se dividir em várias” para assim serem validadas. Em configurações como essa, impera a vontade do outro e a mulher permanece em um lugar objetificado, sempre a serviço das demandas alheias.

Ademais, também se faz mister assinalar que as falas das entrevistadas não pretendem abranger todo rol de violências que são agenciadas contra mulheres em relações íntimas nem tão pouco as diferentes vulnerabilidades e recortes que possam existir na imensa diversidade de realidades do país. A presente pesquisa buscou abrir espaços para que, a partir das narrativas de sofrimento psíquico dessas mulheres, fosse possível analisar os afetos e as implicações subjetivas que percorrem caminhos gendrados de experiência com o adoecimento pelas vias do amor romantizado.

O fator temporal, questão comum a toda pesquisa, influenciou no delineamento metodológico, o que incluiu a seleção de participantes. As mulheres entrevistadas apresentaram

relatos de vivências em passados recentes ou distantes. Todas elas trouxessem aspectos presentificados da relação violenta, sejam eles afetos ainda muito intensos, consequências para autoestima, saúde, dificuldades à autodeclaração racial, adversidades relacionadas aos filhos, ou até mesmo, no melhor dos casos, motivação impulsionadora para realização de projetos sociais relacionados com a temática. Apesar disso, sabe-se que todas as entrevistas, resultaram de uma narrativa que trabalha com a memória e com a elaboração posterior sobre o ocorrido. O fato se deu por uma escolha que visou a segurança das mulheres na pandemia de Covid-19, já que entrevistar de maneira online mulheres que estavam ainda vivendo relações violentas implicaria em um possível risco para elas.

Mesmo dentro de seus recortes, aposta-se que o presente trabalho tem potencial para suscitar novas pesquisas no campo da violência contra a mulher que chamem atenção para leitura genderada das afetividades no contexto de violência. Assim, faz-se fundamental uma abordagem multidisciplinar que convide os pesquisadores da psicologia, a dialogarem com as contribuições de outros campos do conhecimento que não limitem o saber sobre os afetos a um contingente apenas intrapsíquico e patologizante, mediado por uma perspectiva estritamente individualizante.

Sendo assim, ressalta-se que a escrita deste trabalho coloca em xeque questões sobre a afetividade e a implicação das mulheres em relações, as quais podem transbordar a especificidade do grupo de mulheres que sofreram violência física. A desigualdade nas relações românticas é uma realidade experimentada por muitas mulheres heterossexuais. A forma que as mulheres se subjetivam na relação consigo mesmas voltadas para o olhar de um homem que as escolha (Zanello, 2018), não depende da presença de um homem violento. Nesse sentido, é possível presumir que a maneira amor-centrada de experimentar o amor romântico como objetivo central de vida, traça uma fragilidade, com ou sem a devastação causada por um agressor.

Considera-se, portanto, de importância ímpar a reflexão sobre a descolonização afetiva das mulheres, a fim de encontrar caminhos alternativos que desprendam as afetividades da rota engessada pelos dispositivos de gênero. Apontar as vulnerabilizações coletivas que precarizam a vida das mulheres, portanto, é um dever ético e político não apenas no combate aos casos de violência contra a mulher, mas na luta por uma sociedade mais justa, segura e livre para todas nós.

## REFERÊNCIAS<sup>1</sup>

- Brasil. (2006) Lei nº 11.340 Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Recuperado de: [Lei nº 11.340 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)
- Brasil. (2015) Lei nº 13.104 Para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos  
Recuperado de: [L13104 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)
- Brasil. (2021) Lei nº 14.188. Para modificar a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e para criar o tipo penal de violência psicológica contra a mulher. Disponível em: [L14188 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)
- Bandeira, L. M., & Almeida, T. M. C. D. (2015). Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha. *Revista Estudos Feministas*, 23, 501-517.
- Butler, J. (1986). *Atos Performativos e Constituição de Gênero : Um Ensaio em Fenomenologia e Teoria Feminista*, caderno de leituras n.78
- Carneiro, S. (2015). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Selo Negro. (originalmente publicado em 2011)
- Data Senado (2019). Violência doméstica e familiar contra a mulher. Secretaria de Transparência. Senado Federal. Disponível em [Relatorio Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher v13 \(digitaloceanspaces.com\)](http://digitaloceanspaces.com)  
[ [Links](#) ]
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial. (Originalmente publicado em 1981)

---

<sup>1</sup> Aqui estão apenas as referências da introdução nas considerações finais

- Del Priore, M. (2019). *História do amor no Brasil*. Editora Contexto. (Originalmente publicado em 2005)
- Devulsky, A. (2021). *Colorismo - Coleção Feminismos Plurais*. Jandaíra
- Fanon, F (2008). *Pele Negra, Máscaras Brancas*. EDUFBA (Originalmente publicado em 1975)
- Freud, S. (1930). *O mal-estar na civilização*. Cienbook.
- Foucault (1996). *Microfísica do poder*. Graal
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Hooks, B. (2010). Vivendo de amor. *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Pallas, pp. 188-198.
- Hooks, B. (2019). *E eu não sou uma mulher: mulheres negras e feminismo*. Editora Rosa dos Tempos. (Originalmente publicado em 2015)
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó.
- Lauretis, T. (1984). A tecnologia do gênero. In; Hollanda Heloísa Buarque. *Tendências e impasses do feminismo como demanda da cultura*. Rocco, pp. 206-242
- Le Breton, D (2012). *A sociologia do corpo*. Vozes (Originalmente publicado em 1992)
- Le Breton, D, (2019). *Antropologia das Emoções*. Vozes. (Originalmente publicado em 2004)
- Muszkat, S. (2011). *Violência e masculinidade*. Casa do Psicólogo
- Organização Mundial da Saúde. (2005). WHO multi-country study on women's health and domestic violence against women: initial results on prevalence, health outcomes, and women's responses. Recuperado de:

[http://www.who.int/gender/violence/who\\_multicountry\\_study/summary\\_report/summary\\_report\\_English2.pdf](http://www.who.int/gender/violence/who_multicountry_study/summary_report/summary_report_English2.pdf)

- Organização Mundial da Saúde. (2013). Responding to intimate partner violence and sexual violence against women. WHO clinical and policy guidelines. Recuperado de: <http://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/9789241548595/en>
- Pacheco, A. C. L. (2008). Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas
- Pedrosa, M., & Zanello, V. (2017). (In) visibilidade da violência contra as mulheres na saúde mental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32.
- Rabelo, I. V. M., & Araújo, M. D. F. (2008). Violência de gênero na perspectiva da saúde mental. *Revista de Psicologia da UNESP*, 7, pp. 123-132.
- Sant'Anna, D. B. (2014). *A história da beleza no Brasil*. Contexto
- Santos, M. L. G. D. (2020). *Os sintomas e hematomas do amor*. Appris
- Scott, J. W. (1989). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. New York, Columbia University Press. 1989.
- Segato, R. (2003). Las estructuras elementales de la violencia. *Bernal: Universidad Nacional de Quilmes*.
- Schucman, L. V. (2018). *Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor*. SciELO-EDUFBA.
- Silva, L. L. D., Coelho, E. B. S., & Caponi, S. N. C. D. (2007). Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 11, 93-103.
- Souza, H. L., & Cassab, D. L. A. (2010). Feridas que não se curam: A violência psicológica cometida à mulher pelo companheiro. Em: *Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas*, Universidade Estadual de Londrina

- Souza, N. S. (2021). *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1990)
- Spivak, G. (1998). Can the subaltern speak? In: Williams, P. and Chrisman, L. (Eds). An Introduction to colonial discourse and post-colonial theory (pp. 175-235). NY and London: Harvester-Wheatsheat
- Waiselfisz, J. J. (2015). Mapa da violência: mortes matadas por arma de fogo. Brasília: DF. Recuperado de:  
<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>Zanello, V.
- Walker, L. E. A. (2012). *El síndrome de la mujer maltratada*. Bilbao: Desclee de Brouwer. (Originalmente publicado em 1979)
- Wolf, N. (2018). *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Editora Record. (Originalmente publicado em 1992)
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Editora Appris.

## ANEXO A

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “Dispositivos de gênero e violência contra a mulher: fatores subjetivos implicados”, de responsabilidade de Bruna Maia Magalhães, estudante de mestrado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é investigar aspectos subjetivos da vivência de mulheres que sofreram violência física em um relacionamento amoroso. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-la. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, coletados na entrevista gravada em áudio, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas online que serão gravadas apenas em áudio, transcritas e posteriormente as gravações serão apagadas. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco. Caso os relatos abordados na pesquisa te tragam desconforto emocional a pesquisadora se disponibilizará para efetuar uma sessão de psicoterapia de forma gratuita e fazer encaminhamento para atendimento caso seja de seu desejo ou necessidade.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 999422504 ou pelo e-mail [brunammaia95@gmail.com](mailto:brunammaia95@gmail.com).

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por email quando o trabalho for finalizado podendo ser publicado posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: [cep\\_chs@unb.br](mailto:cep_chs@unb.br) ou pelo telefone: (61) 3107 1592.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

---

Assinatura da participante

---

Assinatura da pesquisadora

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_